

Carolina Rocha Corrêa

**Cidade, bambolês e resistências: uma análise da Praça
São Salvador a partir das relações sociais na
urbanidade**

Dissertação apresentada ao
Curso de Mestrado do programa
de Pós-Graduação em Cultura e
Territorialidades da Universidade
Federal Fluminense – UFF,
como parte dos requisitos
necessários à obtenção do grau
de Mestre em Cultura e
Territorialidade.

Orientador: Dr. Luiz Augusto Fernandes Rodrigues

Niterói

2018

Carolina Rocha Correa

**Cidade, bambolês e resistências: uma análise da Praça São
Salvador a partir das relações sociais na urbanidade**

Luiz Augusto Fernandes Rodrigues - PPCULT/UFF (orientador)

João Luiz Pereira Domingues – PPCULT/UFF

Gilmar Mascarenhas – PPGEU/UERJ

UFF

2018

AGRADECIMENTOS

Escrever, trabalhar e estudar não é um processo fácil, muitas vezes a gente desacredita, tem crise, chora, ri da própria desgraça e no fim a gente se diverte com o tempo estourando, a tensão da entrega, o processo da pesquisa, as terapias gratuitas em casa ou no bar.

Muito desse processo não seria possível se não fosse pela paciência e apoio do meu orientador Luiz Augusto Rodrigues, que sempre entendeu minha vida de produtora-trabalhadora tentando ser acadêmica.

Meus pais que sempre acreditam em mim, mesmo quando eu acho que não vou dar conta da vida como um todo, mas eles estão ali nos puxões de orelha e na torcida.

Esses dois anos de mestrado me trouxeram novos amigos, uma turma que está junto até nos perrengues e nos “eventos sociais”. As crises e cervejas compartilhadas trouxeram amigos com quem troco até hoje e devo levar pra vida.

Os amigos que carrego faz uma vida, Ananda Brandão, Letícia Lisboa, Mônica Custódio e o Frederico Damasio que viram a escrita de uma monografia e agora acompanham a conclusão de mais uma empreitada acadêmica recheada de dramas leoninos. Obrigada.

Aos amigos não tão novos, a Luisa de Castro e o Gustavo Portella, que estão ali o tempo todo, trocando e me ajudando a ser uma pessoa melhor no mundo e na vida de produção.

Ao Anima Mundi e em especial para a minha coordenadora Iara Carnaúba que acreditou na minha capacidade de conseguir dar conta de um trabalho intenso e um mestrado. Um trabalho que aceita uma vida acadêmica no campo da produção cultural é um tanto raro e que ainda incentiva você, mais raridade ainda! Agradeço à Bárbara Arraes, Joana Avelino, Fernando Secco e toda a equipe Anima Mundi que nesses dois anos acompanhou essa empreitada.

Ao Gabriel Moreno que conheci nesse PPCULT e que virou um amigo pra vida inteira e um sócio! Obrigada por revisar meus textos, pelas terapias e por ser a minha dupla dos perrengues de ser trabalhador da/na cultura. Eu tenho certeza que o mundo da produção cultural já é nosso! Obrigada por trazer pra minha vida a nossa “casa da moeda”, Patricia Marys, que sempre entendeu as crises e problemáticas de trabalhar e ser da academia, e vivenciar junto boa parte delas.

Ao Eduardo Glasser, companheiro de casa que merece um prêmio por conseguir viver comigo no dia a dia, nas grandes e pequenas coisas do cotidiano moderno.

A banca, João Domingues e Gilmar Mascarenhas que toparam avaliar esse trabalho.

A todos os amigos do Sobradiso e as amigas do Olokun, que acompanharam nesses dois anos o campo na Praça e as minhas ausências neste final de campeonato dissertativo.

Habemus dissertação!

EPÍGRAFE

O dia veio e a manhã suave
Me fez ver que a cidade reflete o que a gente dá
(Saulo Duarte e a Unidade)

SUMÁRIO

Introdução	09
Capítulo 1 - A São Salvador e alguns conceitos	13
1.1. São Salvador enquanto espaço	15
1.2. Território Cidade	22
1.3. Do entendimento de cidadania a sua insurgência	27
1.4. Táticas e resistências na urbe	35
Capítulo 2 – Praça São Salvador: cultura e questões urbanas	41
2.1. A afetividade com o dia a dia de um campo	43
2.2. Compilando entrevistas, como a praça se inicia pelos relatos de usuários e agentes	50
2.3 Contos cotidianos da São Salvador	66
Capítulo 3 - Apropriação dos Espaços Públicos e a prática de uma cidadania	77
3.1. O comum e a cidade	78
3.2. Quando o espaço público invade o privado	84
Considerações Finais	92
Referências Bibliográficas	96

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Localização da Praça São Salvador na cidade

Figura 2 - Praça São Salvador vista de cima

Figura 3 - Foto do parquinho

Figura 4 – Panorâmica da praça São Salvador vista de cima

Figura 5 - Foto do coreto de noite

Figura 6 - Foto do coreto de dia

Figura 7 - Croqui 1

Foto 8 - Foto do coreto numa tarde ensolarada

Figura 9 - Foto do chorinho Arruma Meu Coreto

Figura 10 - Foto de crianças na praça

Figura 11 - Foto de senhora em frente ao estande de livros na feira de domingo

Observação: As figuras 3, 9, 10 e 11 são fotografias de Gabriel Mothé; as figuras 5, 6 e 8 são de autoria da autora; as demais têm sua indicação apenas junto às imagens.

RESUMO: O presente trabalho apresenta o estudo de caso da praça São Salvador, situada na zona sul carioca, para entender as dinâmicas urbanas de apropriação de espaços públicos e as práticas das relações sociais que podem se apresentar no meio urbano. A partir da análise desse território pretende-se compreender alguns dos variados fatores e discursos que podem se formar entre diferentes agentes sobre direito à cidade, espaço público e práticas cidadãs, tentando perceber as táticas e estratégias que podem ocorrer nesses espaços da cidade.

Palavras-chave: cidade; espaço público, direito à cidade.

ABSTRACT: This work is an investigation about the uses and appropriations of public spaces and the social relations that are builded in the cities. Studying the case of São Salvador square placed on south zone of Rio de Janeiro city. Analysing the uses of São Salvador's territory this work dues to dive into the differents variables and speeches used by the agents about subjects such as: right to the city, public space e citizenship acting, looking forward to understand the tactics and strategies that are runned in this space.

Keywords: city; public space; right to the city.

Introdução

Tudo começou numa crise em Ubatuba, estava sentada com minha mãe na mesa da cozinha sem saber o que propor como pesquisa de mestrado. Após discutir sobre algum conceito sobre espaço urbano com minha mãe historiadora ela me sugeriu, porque não estudar aquela praça que eu tanto frequentava nas noites quentes cariocas. *Eureka!* Assim começa uma saga de aprendizado e escrita em 27 meses, com direito a uma fuga no meio do processo para uma ilha no mediterrâneo, crises sobre “qual seria a minha questão” e “não consigo ir a campo”, vocês estão prestes a ler a dor e delícia de fazer uma pesquisa acadêmica.

Desde que me mudei em 2010 para o Rio de Janeiro, havia determinada praça que sempre calhava em minha agenda de boêmia pela zona sul carioca, confesso que nos meus primeiros anos como frequentadora não era meu destino favorito, mas creio que era mais devido ao grupo de colegas que frequentava na época. De lá pra cá, sempre havia um dia no mês, no ano, que a praça fazia parte do meu trajeto, uma pessoa que gosta de cultivar o hábito de andar pela cidade. Terminei a monografia, um processo sofrido em questão de escrita, invento de fazer o mestrado. Não que eu tenha aprendido a escrever, mas porque gosto de estudar, a academia virou uma válvula de escape para fugir da pressão do mercado que açoita o lombo de uma produtora cultural.

É nesse espaço de pesquisa e estudos que as minha práticas enquanto produtora, gestora, fazedora fazem sentido; é na discussão e na problematização que se faz conhecimento e vivências. Tudo começou foi na vontade de estudar algo que fosse divertido e ao mesmo tempo inspirador, pois preciso tomar gosto sobre o que estudo; a praça São Salvador com todas as suas “famas” e frequentadores me pareceu um circunferência proveitosa para entender as dinâmicas sociais de um micro e como isso se reflete no macro cidade. O campo diz muito sobre você e você precisa em pouco tempo decifrá-lo para explicá-lo a outro, foram 27 meses e nem em 27 anos mostraria

a totalidade que a São Salvador pode ser, nas vivências e disputas que o sujeitos travam nesse espaço.

A São Salvador é um espaço com muitas variações de usos, nesses dois anos que estão para completar a pesquisa o que mais me fascinou foram as várias praças que vão surgindo sob um olhar mais aprofundado, pois cada sujeito tem uma praça que lhe é própria.

Esse texto está estruturado em três capítulos, um primeiro capítulo no qual tento explicar termos e categorias aos quais a praça São Salvador está inserida. Sim, a praça traz consigo uma série de imaginários, estigmas e imagens estereotipadas que para alguém de passagem e de escuta desatenta reproduz categorias de sujeitos em partes e não em sua totalidade. O primeiro capítulo vai tentar esmiuçar aos leitores os conceitos de cidade, território, cidadania, resistência e forma de entender a cidade de um viés mais acadêmico, além de apresentar em escala geográfica a praça.

A segunda parte é escrita a partir de um diário de campo, reunindo minhas vivências na praça na tentativa de identificar como as pessoas reivindicam e se utilizam desse espaço. Até me deparar, que em algum grau, estava eu em um dilema: pesquisadora *versus* usuária. Uma olha de dentro, articulando interlocutores para que a cada dia os sujeitos fossem mostrando as várias *facetas* que a praça apresentava, e assim fui percebendo através de relatos e cenas assistidas e vividas como a praça se transformava e ganhava sentido para cada usuário que por ali passava ou permanecia. A outra, fazia amizades, trazia amigos, vivia a praça como só mais um ali, que estava indo para lá sem nenhum motivo aparente, só pelo prazer dos encontros.

Meu cotidiano de pesquisa foi sempre acompanhado de notas no celular e uma *long neck* para me misturar às pessoas, tática essencial. O dia que resolvi fazer à moda antiga o diário de campo, utilizar-me de caneta e papel, senti-me um pouco fora do contexto, achei que anotações pelo celular me faziam passar despercebida, afinal, na contemporaneidade ficar mexendo no celular em qualquer lugar da cidade não desperta curiosidade. O segundo capítulo deste trabalho vem num tom de narrativa, impressões, entrevistas e “causos” que dão corporeidade para a São Salvador; de repente durante todo o

processo percebi que o campo estava me fornecendo o que precisava estudar, era como as pessoas se utilizavam e viviam aquele espaço.

No terceiro capítulo faço algumas observações, misturando teoria e prática sobre como a dinâmica da praça se reflete na cidade carioca, explico mais algumas categorias como espaço público, espaço privado e espaço comum, exponho mais algumas fotos e reflexões.

Foi a partir de visões múltiplas sobre cidade, espaço urbano e usos do espaço que fui buscando um entrelaçamento ousado entre autores e teorias, não necessariamente seguindo um padrão de escolas de pesquisa. Fui utilizando as leituras que fiz, os autores que me tocaram e que faziam sentido na costura de teoria e prática, buscando entender conceitos e vê-los sendo apropriados e apropriando-me deles para que o discurso, em alguns momentos podendo soar panfletário, fizesse sentido. Digo panfletário não em um sentido pejorativo, afinal Lefebvre escreveu um manifesto, então porque não posso escrever exaltando uma opção de viver a cidade de uma forma mais democrática e igualitária? Sou um pouco enfática nas minhas convicções, mas isso permite ao leitor refletir sobre a minha causa e entendê-la. Escrevo sobre a São Salvador, escrevo sobre cidade, as formas de vivenciá-las e dar sentido individual e coletivo a ambas.

Como posso concluir essa introdução? Bom, ninguém conta que o processo de estudo é gratificante e nem que fica emocionalmente mais difícil; aparentemente as crises fazem parte do contrato que se faz na academia, mas os encontros também, e esse processo só faz sentido pelos encontros com o outro, com autores, com novas possibilidades de reflexão, com novas formas de produção, pensar acesso e pesquisa acadêmica fora da “caixa” convencional que vem sendo reproduzida por anos. O desafio foi dado a partir do momento que decidi escrever sobre a praça, como relatar um dia a dia de estudantes, senhoras de idade, ambulantes, crianças, artistas e todos aqueles sujeitos que pude encontrar ao longo desse processo, como escrever de uma forma acessível um conteúdo tão rico que não acaba em si, nunca, que a cada dia ou a cada *long neck*, um mundo de possibilidades de vivência você pode

proporcionar a si e ao outro. Boa leitura; espero que consigam captar ao menos uma mostra do que a praça São Salvador pode representar.

1. Praça São Salvador e alguns conceitos para análise:

A produção da cidade e as suas disputas estão sempre latentes nos territórios. Perceber o que está em disputa é primordial para entender o que é a vida urbana (ao menos parte de suas representações). Os espaços estão em constantes disputas, mas o que temos a ver com isso? Partindo da premissa que viver na cidade é viver em sociedade, coletivamente, o que quer dizer também que é se deparar e enfrentar diferenças o tempo todo. Podendo ser práticas aceitáveis ou não para cada cidadão/sujeito social.

Ser cidadão prevê ser portador de direitos (inclusive o direito de “produzir/construir” a cidade), ou seja, cada cidadão tem uma parcela significativa na gestão e participação nessa malha urbana. Obviamente, existem aqueles que são chamados de cidadãos, mas têm seus direitos negados ou seus pedidos/negociações abafados e/ou ignorados.

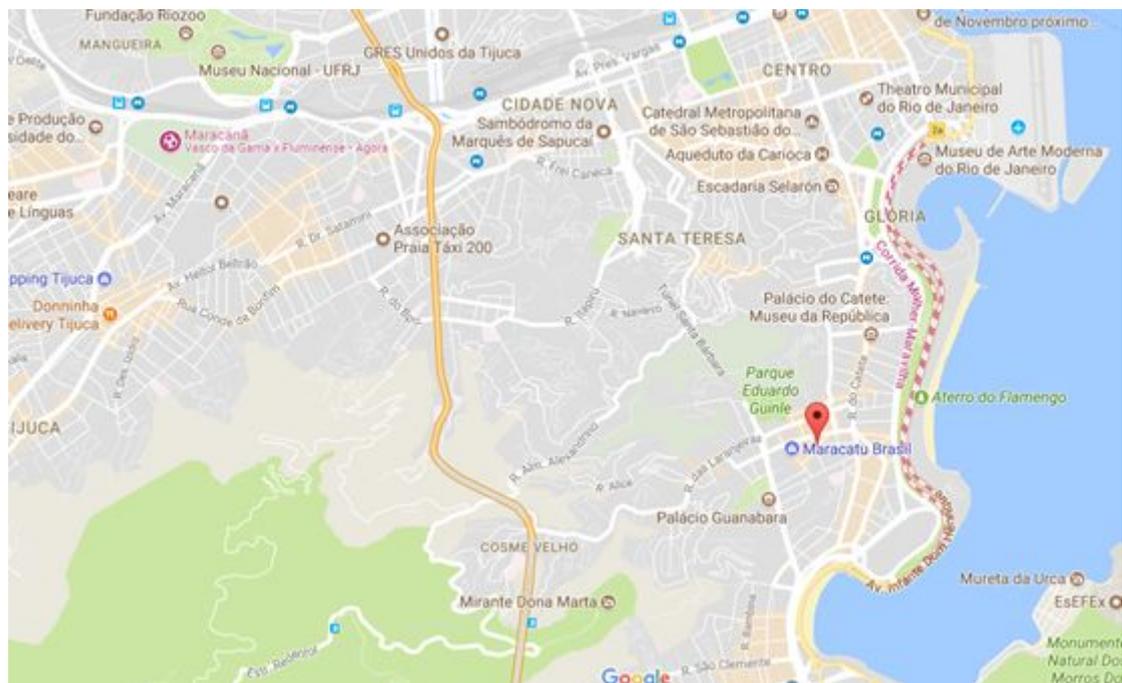
A grande dicotomia da cidade é relacionada a quem está exercendo o “poder” de fazer escolhas, negociações e gestão. Se todos vivem em comum, com direitos iguais à primeira vista, por que há tanta desigualdade latente aos olhos que perpassam pelas ruas?

Este trabalho propõe analisar as diferentes categorias (espaço, território, tempo, praça, público, privado e etc) e contextos espaciais sobre a vida urbana, em espaços de vivências coletivas, de reconquistas e reconstrução dos cotidianos sociais, culturais e políticos. Precisa-se entender, através de novos olhares, o que devem ser espaços públicos e como eles são de extrema importância para vida coletiva.

É urgente entender as dinâmicas proporcionadas pela urbanidade, para compreender também o significado de democracia, da diferença, as convivências de pluralidades e o significado de exercer a cidadania, entendendo que a cidade é o somatório de seus diversos espaços e sujeitos sociais em interação.

O recorte deste trabalho é a Praça São Salvador, localizada no bairro de Laranjeiras, localizada na zona sul da cidade do Rio de Janeiro:

Imagem 1 - Localização da Praça São Salvador na cidade



Fonte: Google Maps

O que se quer com esse recorte? Tentar entender a dinâmica da cidade, não em sua totalidade obviamente, mas extrair desse espaço delimitado, como se vêm tecendo as dinâmicas e disputas na cidade num entendimento macro. O macro é composto por micros e para entender um, precisa-se entender o outro e os conjuntos que os fazem. Quais são as disputas na praça São Salvador? Como isso também traduz um contexto da cidade? A pesquisa pretende entender porque as pessoas vão para a praça, nela permanecem e a disputam.

1.1 São Salvador enquanto espaço:

A praça São Salvador, situada na zona sul da cidade do Rio de Janeiro, foi aberta no ano de 1875, tendo sido inaugurada no início de uma reformulação no bairro de Laranjeiras, que passou por uma transformação de um bairro aristocrático para um bairro proletário, após a instalação da fábrica Companhia de Fiações e Tecidos Aliança. O Rio de Janeiro durante o século XX passou por uma série de reformas de urbanização, onde o então prefeito Pereira Passos foi o que mais contribuiu para esse processo. Uma vez morador do bairro, fez grandes obras, como a canalização do Rio Carioca e a urbanização da praça São Salvador (INSTITUTO RIO PATRIMÔNIO DA HUMANIDADE (Prefeitura do Rio de Janeiro), 2012).

A São Salvador não é só uma praça, um espaço de circulação e área pública dentro da malha urbana, é também um espaço que tornou-se um território de disputa, trazendo consigo uma série de agentes que realizam um conjunto de atividades, dentre elas: oficinas artísticas, apresentações musicais, feira livre, debates, aniversários, happy hours, venda de cervejas, encontro de pessoas, cortes de cabelos, choque de ordem, encontro de pós passeatas dos partidos políticos de esquerda, ensaios de blocos de carnaval, blocos de carnaval, ponto de encontro de pessoas, circulação de moradores, barulho, local de briga entre instâncias políticas e etc. A praça apresenta uma pulsação de acontecimentos que encontramos na cidade do Rio de Janeiro de modo geral.

Ao longo das vinte e quatro horas do dia ela apresenta um cotidiano de atividades, acontecimentos, circulação de bens e pessoas que o tempo todo travam encontros, disputam o espaço e reivindicam os seus usos. Seu entorno é rodeado de um pequeno comércio que inclui bares, farmácia, supermercado, lanchonete e prédios residenciais. Todos esses espaços interagem entre si e com os sujeitos que ali passam, habitam, circulam e vivem.

A praça em termos de edificações, além do comércio do entorno, tem um parque com brinquedos para crianças, um chafariz tombado permanentemente

pelos órgãos de conservação do município e um coreto rodeado por árvores e bancos. Seu público tem uma predominância de moradores da zona sul, de classe média e alta, mas devido à diversidade que existe na São Salvador, ela agrega moradores de outros bairros e regiões da cidade.

Imagem 2 – Praça São Salvador vista de cima



Fonte: Google Maps.



Imagem 3 - Foto do parquinho da praça São Salvador

É de extrema importância refletir sobre a natureza do espaço e para esse trabalho serão utilizados conceitos de David Harvey (2015). O autor propõe

uma divisão tripartite de como o espaço possa ser entendido: espaço absoluto, relativo e relacional. A primeira definição é o espaço absoluto, que é fixo:

É o espaço de individualização – a *res extensa*, como afirma Descartes – e refere-se a todos os fenômenos discretos e delimitados, e do qual você e eu fazemos parte enquanto pessoas individuais. Socialmente, é o espaço da propriedade privada e de outras entidades territoriais delimitadas (como Estado, unidades administrativas, planos urbanos e grades urbanas). Quando o engenheiro de Descartes contempla o mundo com um sentido de domínio, trata-se de um mundo de espaço (e de tempo) absoluto, onde todas as incertezas e ambiguidades podem em princípio ser banidas e onde o cálculo humano pode florescer sem entraves. (HARVEY, 2015, p. 129)

O espaço relativo depende da noção de tempo para ser entendido, pois ele denota uma implicação da passagem do tempo e do espaço ao espaço-tempo. Ele não está mais ligado ao espaço da propriedade privada, é o espaço das relações, ou seja, o ponto de vista do sujeito é levado em conta. Enquanto que no espaço relacional, espaço e tempo não se separam:

A noção relacional do espaço-tempo implica a ideia de relações internas; influências externas são internalizadas em processos ou coisas específicas através do tempo (do mesmo modo que minha mente absorve todo o tipo de informação e estímulos externos para dar lugar a padrões estranhos de pensamento, incluindo tanto sonhos e fantasias quanto tentativas de cálculos racionais). Um evento ou uma coisa situada em um ponto no espaço não pode ser compreendida em referência apenas ao que existe somente naquele ponto. Ele depende de tudo o que acontece ao redor dele, do mesmo modo que todos aqueles que entram em uma sala para discutir trazem com eles um vasto espectro de dados da experiência acumuladas na sua relação com o mundo. (*ibidem*, p. 130)

O espaço da São Salvador para melhor ser estudado apresenta os três tipos de referências espaciais: absoluto, relativo e relacional. Enquanto mapa, espaço circunscrito dentro da cidade do Rio de Janeiro, ela é absoluta, demarcada, sabendo onde começa e onde termina. Enquanto relativo, percebe-se a passagem do tempo em seu espaço, houve um tempo passado e que há um tempo presente. Mas o que interessa nessa abordagem é seu

caráter relacional enquanto espaço, ainda partindo de Harvey, precisa ter atenção quanto aos usos dos modos desses espaços-tempos:

O espaço não é nem absoluto, nem relativo, nem relacional em si mesmo, mas ele pode tornar-se um ou outro separadamente ou simultaneamente em função das circunstâncias. O problema da concepção correta do espaço é resolvida pela prática humana em relação a ele. Em outros termos, não há respostas filosóficas a questões filosóficas que concerne à natureza dos espaços – as respostas se situam na prática humana. A questão ‘o que é espaço?’ é por consequência substituída pela questão ‘como é que diferentes práticas humanas criam e usam diferentes concepções de espaço?’. A relação de propriedade, por exemplo, cria espaços absolutos nos quais o controle monopolista pode operar. O movimento de pessoas, bens, serviços e informações realiza-se no espaço relativo porque o dinheiro, tempo, energia, etc, são necessários para superar a fricção da distância. Parcelas de terra também incorporam benefícios porque contêm relações com outras parcelas...sob a forma de arrendamento, o espaço relacional se torna um aspecto importante da prática social humana. (HARVEY, 2015, p. 132)

Ou seja, para compreender a praça São Salvador, é preciso definir as noções de espaços apresentadas, pois essas traçam tensões dialéticas umas com as outras, trazendo interações que são travadas. O espaço relacional da praça traz uma série de disputas políticas, os indivíduos que lá frequentam, moram, passam e trabalham, trazem todo tipo de ideia, experiências e vivências acumuladas em suas trajetórias individuais; e quando trazidas para aquele espaço saltam aos olhos as co-presenças e os discursos praticados. Cada situação e/ou atividade remetem de alguma forma a algo para as pessoas que ali travam seus embates. Perceber que as transformações das subjetividades políticas no campo da cidade podem também ser apreendidas nas possibilidades que ocorrem nas relações e processos do espaço-tempo da São Salvador.

As escolhas são claras no espaço e tempo absolutos, mas elas se tornam mais fluidas quando passamos ao espaço-tempo relativo, e muito difíceis em um mundo relacional. Mas é somente dentro deste último quadro que nós podemos nos confrontar com numerosos aspectos da política contemporânea, na medida em que se trata de um mundo de subjetividades e de consciências políticas. (HARVEY, 2015, p. 134)

O que esse trabalho pretende é entender como todo o mundo relacional da praça São Salvador (e da cidade), de experiências e informação se internaliza no sujeito político particular, fazendo-o sustentar uma ou outra linha de ação. Não se pode analisar esse terreno sem perceber as subjetividades políticas que ali se formam e as ações que ocorrem sem pensar em termos relacionais. A praça em sua história mais recente (a ser melhor desenvolvida nos próximos capítulos) apresenta um campo de relações entre sujeitos, espaço, tempo e formas de uso que trazem verdadeiras disputas sobre seus usos, assim como as divergências sobre o entendimento acerca do espaço.

Continuando nesse raciocínio, dentro desse conceito de espaço relacional, Harvey faz uma junção com os conceitos de Lefebvre, que em certo grau dialogam com as definições de Milton Santos, mas nesse trabalho será utilizada a análise conforme proposta por Harvey pela leitura de Lefebvre. Quando se pensa sobre a produção do espaço, Lefebvre traz (assim como Harvey fez posteriormente) em sua análise uma divisão em três categorias: “o espaço material (o espaço da experiência e da percepção aberto ao toque físico e à sensação), a representação do espaço (o espaço como concebido e representado); e os espaços de representação (o espaço vivido das sensações, da imaginação, das emoções e significados incorporados no modo como vivemos o dia a dia)”. (HARVEY, 2015, p. 136).

A partir dessas três percepções, juntando com as anteriormente explicadas (absoluto, relativo e relacional), se compreende como cada entendimento de espaço pode ser analisado por uma forma de produção. Não é possível analisar um espaço apenas por uma modalidade de pensamento, ele é intrinsecamente concebido pelos atravessamentos de produção e análise. “Estes espaços de representação são uma parte integrante de nosso modo de viver no mundo. Podemos igualmente procurar representar a maneira com que este espaço é emocionalmente, afetivamente, mas também materialmente vivido.”. (HARVEY, 2015, p. 136). Ou seja, “a experiência física e material da ordem espacial e temporal é medida, em um certo grau, pela maneira com que espaço e tempo são representados” (HARVEY, 2015, p. 137). As experiências

cotidianas afetam a interpretação e compreensão do espaço vivido, apresentando uma relação extremamente dialética entre as categorias, o que ajuda no discernimento do que é cada parcela do entendimento da relação espaço, tempo e sujeito.

Ou seja, o que a praça São Salvador apresenta enquanto espaço de construção de políticas e memória? Partindo das categorias apresentadas, a memória coletiva é uma das bases que permeiam a construção das políticas, o que está relacionado também com a produção do espaço. A praça São Salvador também é um lugar de memória, assim como a cidade, em suas multifacetadas complexidades:

Pensar as diferentes maneiras como espaço e espaço-tempo são usados como palavra-chave nos ajuda a definir certas condições de possibilidade para o engajamento crítico. Isso também nos abre caminho para identificarmos reivindicações contraditórias e possibilidades políticas alternativas, além de nos incitar a considerar a maneira como moldamos fisicamente nosso meio e o modo como representamos e vivemos. (Harvey, 2015, pag. 143).

As possibilidades de embates e disputas do espaço da praça apresentam-se das formas mais diversas possíveis: vão da ilegalidade dos ambulantes em sua venda de cervejas ao barulho que invade os espaços privados dos moradores ao redor da praça. As atividades culturais e encontros que ocorrem diariamente possibilitam mobilidade, cf. entendimento exposto por Haesbaert (2014, p. 274):

Mas essa mobilidade, em suas múltiplas geometrias de poder (da compressão espaço-tempo), como afirmou Doreen Massey, está atrelada a inúmeros condicionamentos sociais, econômicos, políticos, culturais e mesmo naturais. Para Massey, é fundamental ressaltarmos não simplesmente quem é mais ou menos móvel, mas quem, especialmente nos pontos de conexão, detém o poder de deslanchar ou de impor - e/ou de interromper ou suspender - o movimento (HAESBAERT, 2014. p. 274).

Logo, percebe-se que há uma interação intrínseca entre espaço e mobilidade. A mobilidade implica uma relação cultural e simbólica, pois esta depende dos sujeitos e as relações em que estão inseridos, o que a torna uma

marca fundamental na modernidade. As relações de poder estabelecidas na organização espacial colocam em questão os direitos dos sujeitos que ali transitam e atuam (HAESBAERT, 2014). A praça São Salvador, enquanto lugar aberto/espço acaba por significar não só um espaço de circulação e manifestações, mas também um local de vigilância policial, por exemplo. Em algum sentido o público torna-se privado e por extensão os espaços tendem a estimular que alguns usuários usufruam de táticas para exercerem seus respectivos poderes nos usos dos espaços, tornando a praça um lugar de encontro e também de confrontos. O que coloca o direito à mobilidade como uma das pautas nas reivindicações de direito à cidade.

Os usos da São Salvador são os mais variados possíveis. Em cada dia da semana grupos, sujeitos e instituições se apropriam e produzem aquele espaço trazendo as mais diversas possibilidades de relações e construção política. A praça torna-se alvo do Estado, “arena” de briga entre vereadores, a polícia utilizando-se do discurso de ordenamento do espaço age com truculência na tentativa de legitimar ou deslegitimar todos aqueles que constroem a memória disputada da São Salvador a partir das relações e vivências nesse espaço-tempo, logo a memória da cidade do Rio de Janeiro também.

O propósito do trabalho é captar as possibilidades e vivências possíveis nesse espaço, as relações que podem se dar, os encontros que podem ocorrer, como os sujeitos e “entidades” convivem nesse espaço. Perceber essas relações que não são dadas num primeiro olhar, precisa permanecer diariamente nesse espaço para perceber como ele é vivenciado pelos outros.

Nos próximos capítulos iremos nos debruçar sobre essas disputas que ocorrem nesse território e como alguns sujeitos sociais percebem as variadas noções políticas de direito à cidade, direito à praça. Mas o que pode ser entendido dentro desses entrelaçamentos de relações é a visibilidade de uma série de resistências acerca dos usos na produção do espaço.

1.2 Território Cidade

A cidade enquanto território pode ser tratada como núcleos centrais de todo o acontecer social, são espaços de múltiplas relações de sociabilidade e multiculturais, são populações e lugares híbridos se concentrando e dando corpo ao que chamamos de cidade. É uma complexa teia de camadas populacionais, circulação de informação, mecanismos de produção, redes com outras cidades, trocas e deslocamentos culturais etc., exigindo o tempo todo novos olhares sobre as articulações ali apresentadas. Fazemos eco com Rodrigues (2007, p. 76) quando aponta que:

A natureza dos mecanismos de produção e circulação de informação, a complexidade social das camadas populacionais, o tipo de relação que elas mantêm com outras redes de cidades, os novos esquemas de relação territorial, os deslocamentos e as trocas culturais e artísticas exigem novos olhares sobre essa realidade, através dos quais a articulação das disciplinas tradicionais pode ser revista para dar lugar a outros instrumentos e abordagens teóricas e instrumentais.

Na contemporaneidade, a cidade tende a ser planejada e ela não é sinônimo de prática, ela é para ser visitada e não disputada. Na disputa dos poderes pela urbe (ou polis)¹, o que é encontrado é uma grande máquina de tentativas de produção de “não lugares”, limitando a interação e experimentação entre sujeitos.

Se um lugar pode se definir como identitário, relacional e histórico, um espaço que não pode se definir nem como identitário, nem como relacional, nem como histórico definirá um não lugar. A hipótese aqui defendida é a de que a supermodernidade é produtora de não lugares,

¹ Pólis e Urbs são conceitos de cidade-estado, uma grega e outra romana. A polis era, também, considerada um sistema de vida e, sendo assim, um meio pelo qual se formavam e moldavam os cidadãos gregos na época. A urbs - cidade romana -, ao contrário da polis, implica um fazer cidade sem bases políticas, ou seja, uma ideia de cidade que se justifica apenas na estrutura física, essencial à vida, que se materializa no território.

isto é, de espaços que não são em si lugares antropológicos e que, contrariamente à modernidade baudelairiana, não integram os lugares antigos: estes, repertoriados, classificados e promovidos a “lugares de memória”, ocupam aí um lugar circunscrito e específico. (AUGÉ, 1992, p.73)

Certeau entende um “não lugar” como uma maneira de “passar”, partindo de Augé (1994), o “não lugar” é algo que não tem nenhuma ligação com o passante/sujeito. O passante não consegue tornar o “não lugar” em algo próprio, ele se torna indefinido, ausente. A partir dos planos contemporâneos de urbanização da cidade, pode ser percebida a tentativa da construção de uma mobilidade *opaca e cega*, pautada por uma maneira de fazer e experienciar o espaço que está ligada a uma prática panóptica², “uma cidade transumante, ou metafórica, insinua-se assim no texto claro da cidade planejada e visível” (CERTEAU, 1990).

Mas mesmo com essa tentativa de controle da cidade, vislumbra-se um lugar de transformação e apropriações que cabe ao sujeito e a cidade se torna um objeto de intervenções enriquecido como novos tributos:

A cidade serve de baliza ou marco totalizador e quase mítico para as estratégias sócio-econômicas e políticas, a vida urbana deixe sempre mais remontar aquilo que o projeto urbanístico dela excluía. A linguagem do poder “se urbaniza”, mas a cidade se vê entregue a movimentos contraditórios que se compensam e se combinam fora do poder panóptico. (CERTEAU, 1990, p. 174)

A cidade pode ser entendida como uma obra coletiva, uma escrita da sua própria história, construindo assim também uma memória urbana concebida nos seus textos e na sua arquitetura. “Os símbolos e significados do passado interceptam com os do presente, construindo uma rede de significados” (ROLNIK, 1995, p.17).

Estar na cidade é também um ato político, pois implica em viver de uma forma coletiva. Indivíduos, mercadorias, deslocamentos dos mais variados

² Baseado no entendimento de Foucault, sistemática de dispositivos disciplinares que permitem vigilância e controle social.

fluxos são presentes no cotidiano da cidade (*Ibid.*). Ela pulsa, explode e eclode o tempo inteiro, é um organismo vivo que é regulamentado, testado, organizado e reorganizado. É nessas percepções de uma cidade “organizada” que se percebem as constantes disputas na gestão da vida coletiva.

A relação morador da cidade/poder urbano pode variar infinitamente em cada caso, mas o certo é que desde sua origem cidade significa, ao mesmo tempo, uma maneira de organizar o território e uma relação política. Assim, ser habitante de cidade significa participar de alguma forma da vida pública, mesmo que em muitos casos esta participação seja apenas a submissão a regras e regulamentos (*Ibid.*, p.21)

Logo, a prática política é uma das bases da cidade, essa participação dos cidadãos na vida pública. Entendendo aqui o conceito de cidadão de Raquel Rolnik: aqueles que por direito podem participar da vida pública e não necessariamente se refere ao morador da cidade. Nem todos que moram na cidade podem exercer suas práticas no espaço. Percebe-se aqui um pequeno choque da realidade na urbe. Assim, a cidade é concebida também como um lugar de exclusão e pouca legitimação, a cidade e o exercício da cidadania estão sempre em um movimento ora antagônico, ora ipsilateral, às vezes opostas, às vezes do mesmo lado.

Território pode ser entendido nesse trabalho enquanto ação, movimento, uma representação simbólica de espaço e tempo vivido constantemente disputado em sua vivência. Uma disputa que pode ser entendida no teor da dominação e apropriação. Os indivíduos estão sempre em uma relação de poder, quando abordamos a produção de territorialidades, o que gera constantes disputas. Disputas identitárias, em algum grau, uma vez que sujeitos ora disputam individualmente, ora coletivamente as territorialidades. “Território discute a problemática do poder em sua relação indissociável com a produção do espaço” (HAESBAERT, 2014, p. 29). Espaço, aqui, entendemos enquanto categoria relacional, espaço relativo, ou seja, a valorização da relação entre os objetos e as relações contidas nos próprios objetos. Logo, espaço existe pelos objetos que nele existem, como eles se relacionam dentro de si e as relações com outros objetos (HAESBAERT, 2014, p. 23).

Ficou claro, então, que o espaço enquanto categoria pode assumir a condição de espaço absoluto, relativo e/ou relacional. O próprio Harvey (2012/2016), mais recentemente, fez questão de afirmar que não se trata de excluir uma condição em relação à outra, mas de mostrar sua interação. Ele propõe até mesmo um quadro-síntese abordando essas três concepções, aliadas às proposições de Henri Lefebvre de espaço percebido (as “práticas espaciais”), concebido (representações do espaço – conhecimentos, signos, códigos concebidos por cientistas, urbanistas, tecnocratas) e vivido (espaço de representação, de “simbolismo complexo”, de usuários, artistas, escritores. (*ibidem*, p. 24)

Assim entende-se que território pode ser também uma “tecnologia política”, ou seja, o estado utilizando-se de métodos de controle da sociedade pelo espaço. Os habitantes da cidade estão ao mesmo tempo em regime de proteção ou de repressão no território urbano. Percebemos que na gestão das cidades, o estado pretende estabelecer o ordenamento do comum. “A justiça política é a ordem que determina a divisão do comum” (BARBALHO, 2016, p. 81). Ou seja, ora se reprime, ora se protege a gestão dos espaços na cidade. É dever do Estado proteger os cidadãos, mas muitas vezes há uma confusão sobre o entendimento de ordenamento e proteção, confundindo com medidas de repressão sobre a população comum.

Há uma luta cotidiana, uma disputa simbólica pela apropriação do território urbano, que em momentos acaba deixando Estado *versus* sujeitos sociais. Disputa essa que é atravessada por questões culturais, econômicas e sociais. Os principais cenários dessas lutas acabam sendo mais visíveis nos espaços públicos. É através de apropriação simbólica do terreno urbano que os indivíduos desafiam esse poder político vindo por parte do Estado ou do mercado e seu capital, ou de ambos ao mesmo tempo; focando-se na regulamentação da cidade do ponto de vista de um controle maior sobre o território.

O direito à cidade como hoje existe, como se constitui atualmente, encontra-se muito mais estritamente confinado, na maior parte dos

casos, nas mãos de uma pequena elite política e econômica com condições de moldar a cidade cada vez mais segundo suas necessidades particulares e seus mais profundos desejos. (HARVEY, 2014, p.63)

Dessa forma, ao longo da história da urbe, percebe-se uma crise da vida cotidiana e será pela prática política nesses espaços que se pode pensar na criação de uma vida urbana alternativa com mais significados. Existe uma luta sendo construída, pautada nos direitos da vida urbana e no direito à cidade, na qual indivíduos começam a se entender enquanto cidadãos que também podem e devem regular a cidade (HARVEY, 2014).

Na contemporaneidade, é visível o quanto o Estado e o mercado excluem boa parte dos moradores da urbe nas suas regulamentações e métodos de gestão da cidade. O cidadão precisa acatar e não questionar o que lhe é dado e “agradecer”. Os planejamentos pensados estrategicamente são pautados para um modelo específico, para legitimação de uma determinada classe social cidadina, dando direitos somente a esses para exercerem seus papéis enquanto cidadãos.

Esse direito à vida urbana pode ser considerado vazio se não houver quem vá dotá-la de significado e implica muito em “quem” será o fornecedor desse significado. É muito importante perceber quem são os indivíduos que exercem o direito à cidade, pois numa concepção ideal, ela deve surgir das ruas e de seus moradores como um todo. Ela precisa se entender enquanto plataforma política coletiva não excludente, buscando uma definição clara e abrangente desse público que não apenas pode ter acesso real aos espaços públicos, mas que também pode ser empoderado, produzindo novos espaços comuns de socialização e ação política. Alexandre Barbalho (2016, p. 87) vai recorrer a Rancière para apontar que:

Na política se reconfigura, por uma série de atos, o espaço que definia as partes e as ausências. Nesse sentido, sua atividade “desloca um corpo do lugar que lhe era designado ou uma a destinação de um lugar: ela fez ver o que não cabia ser visto, faz ouvir um discurso ali onde só tinha lugar o barulho, faz ouvir como discurso o que só era

ouvido como barulho” (RANCIÈRE, 1996, p.42). Assim, ela desfaz a ordem e as divisões sensíveis operadas pela polícia ao colocá-las diante dessa “pressuposição que lhe é heterogênea por princípio, a de uma parcela dos sem-parcela que manifesta ela mesma, em última instância, a pura contingência da ordem, a igualdade de qualquer ser falante com qualquer outro ser falante”. (RANCIÈRE, 1996, p. 43.)

Pertencer a esse território, chamado cidade, significa estar em constante luta, definindo quem vai configurar as características da vida urbana cotidiana e como o resultado e as consequências dessa luta podem perpassar as diversas dimensões pelas quais o território cidade é atravessado.

Existe uma sensibilidade, que não se pode perder, que surge nas ruas entre seus sujeitos, prédios e dinâmicas urbanas. Para conceber um espaço realmente democrático, todos devem ser considerados cidadãos e terem o entendimento das práticas políticas que podem exercer, viver na cidade é estar em transformação constante e cercado por lugares de poder, dominação política e econômica. A dominação pode estar representada pelo mercado ou pelo Estado ou por ambos (isso se considerarmos os agentes mais hegemônicos), em ações simbólicas de grupos sociais traduzindo os usos dos espaços no cotidiano. O território também precisa ser encarado como elemento das possíveis possibilidades da ação dos sujeitos na cidade.

Com a referência ao território e ao cotidiano, muitas vezes é esquecida a dinâmica entre abundância e escassez e a natureza multiescalar da economia e da política e, logo, do poder. Também são esquecidas, as mobilizações forçadas e a dinâmica dos circuitos espaciais da produção, que definem o uso dos recursos e o futuro das práticas sociais. (RIBEIRO, 2012, p. 63).

1.3 Do entendimento de cidadania a sua insurgência

A cidadania também surge enquanto pauta para o entendimento do que é ser sujeito social na cidade, uma vez que está previsto que todos que participam dessa vida coletiva são cidadãos. Mas no que é baseada essa

cidadania na experiência urbana brasileira e como ela se reinventa ao longo do processo?

Pela leitura da filósofa Hannah Arendt, embora não tenha textos específicos sobre cidadania, em sua obra podem se elencar alguns aspectos de seu pensamento acerca do termo. O que interessa para esse trabalho é, principalmente, a perspectiva que a autora traz do que seja uma cidadania ativa, baseada no modelo de participação do cidadão na *polis* grega. A cidadania exige o pertencimento a um grupo, sem o qual não há como haver vínculos, ou seja, para a autora esse sentimento se inicia quanto ao sentido de pertencimento à humanidade, mas o que é considerado cidadania ativa, refere-se ao pertencimento a uma comunidade organizada politicamente enquanto cidadão participativo (LOBATO & PEIXOTO, 2013).

Arendt entende que a humanidade deve resguardar os indivíduos enquanto sujeitos de direitos e deveres, uma ordem jurídica que permite viver em segurança e compartilhar o mundo, ou seja, os direitos humanos conjecturam a cidadania. Logo, “direito” dirige-se ao conceito de humanidade, o pertencimento ao grupo humano e “direitos” é referente ao entendimento de comunidade política; percebendo aqui que somente é possível ter direitos sendo membro de uma comunidade. O “direito” é garantido pela humanidade, é elementar para cada indivíduo, que deve ser ressalvado pela comunidade humana e “direitos” é equivalente à capacidade de atuação no espaço político público; nas duas determinações dos termos ambos precisam, pelo entendimento de Arendt, ser resguardados pela Constituição. “Para Arendt (1989, p. 334), o não pertencimento a uma comunidade, isto é, a ausência do status político no indivíduo, implica na privação de um espaço público e tem como consequência o confinamento em uma vida privada, inexpressiva” (LOBATO; PEIXOTO, *op cit.*, p. 53). Arendt tem a concepção de que cidadania é entendida a partir do pertencimento e dever com a humanidade e também enquanto compromisso social e político.

Segundo a autora, consegue-se entender a sua conceituação a partir da sua análise sobre os regimes totalitários, uma vez que esses modelos se devem pela ausência dos sujeitos no espaço público político, e a forma de

defesa em circunstâncias assim é a de ousar, reivindicar, desobedecer e praticar um discurso ou pensamento próprio, é a partir da participação ativa na comunidade que se torna cidadão. Arendt entende como elementar nas reivindicações da cidadania o sentimento de pertencimento de uma vida coletiva, na qual deve-se lutar pela manutenção de uma vida justa para o todo. A cidadania ativa, ela tem que ser vivida, visando os interesses comunitários, através dos atos e palavras.

Arendt nos traz filosoficamente o ideal de uma cidadania ativa, galgada no “todos temos os mesmos direitos” e precisa-se lutar e manter constantemente esse ideal, mas quando se parte das desigualdades encontradas nas ruas da cidade, em seus espaços de encontros e confrontos, como pensar esse lugar igualitário, onde todos são indivíduos portadores dos mesmos direitos quando se veem variados tipos de desigualdade social e econômica abafando e invisibilizando essa noção de “ter direitos” ou ser portador de direitos?

DaMatta (1997) retoma o raciocínio acerca do conceito de cidadão apontando que mesmo que ideologicamente seja algo dado da própria natureza humana, algo básico e espontâneo, na prática ela, a cidadania, é um papel social construído. O autor propõe que se precisa ter uma visão crítica, pois ser cidadão não é algo natural e presente nas sociedades, esse entendimento deve ser reivindicado o tempo todo, quando se é pautado por normativas de governos que o tempo todo tentam abafar, invisibilizar e só permitem incentivar o direito do cidadão quando lhe é pertinente e estratégico. Um tanto contraditório na teoria, já que são os indivíduos que permitem a formação das autoridades públicas, que possam representá-los de uma forma livre de interesses pessoais. (DAMATTA, 1997).

Retomando Arendt, triangulando com DaMatta, há uma crise no modelo dos governos atuais. O sistema representativo numa sociedade tão grande falha exatamente na função de acolher e representar os cidadãos, pois subtrai todas as possibilidades de uma participação real e ativa, representando apenas as máquinas e interesses de uma minoria que governa.

A nação e a sociedade não são mais uma fonte de humanidade (e de sentido), conforme dispunha a teoria tradicional que concebia a sociedade como uma *universitas*. Agora a sociedade é uma entidade concebida como um clube ou partido político: uma *societas* ou associação de cidadãos com múltiplos interesses (Cf. Dumont, 1983: 71; 1970). De fato, como membro de uma nação, tenho como interlocutores outros cidadãos e não posso me singularizar (enquanto cidadão) em termos de nenhuma outra dimensão social, pois a cidadania é um papel que pretende ser contaminador de toda a minha conduta. Estamos aqui, obviamente, falando de uma identidade social informada pela dimensão política. Uma entidade totalizadora e que deve operar sempre e em qualquer esfera da vida. Os movimentos pelos direitos das mulheres, dos velhos e das crianças estão à nossa volta como uma prova desta contaminação política que em muitos contextos passa a ser mais importante que as complementaridades sociais tradicionais que se fundavam na dimensão do sexo e da idade. (DAMATTA, 1997, p. 67).

No papel de cidadão, precisa-se ser universal e abandonar as definições de status sociais, “o conceito da cidadania foi um instrumento poderoso para estabelecer o universal como um modo de contrabalançar e até mesmo acabar e compensar a teia de privilégios que se cristalizavam em diferenciações e hierarquias locais.” (DAMATTA, 1997, p. 70).

A ideia de cidadania seja como um papel social relacionado à igualdade, seja como construção social para praticar uma vida política, precisa ser revista, uma vez que esse papel e a noção política podem ter diferentes entendimentos num sistema social. Por exemplo, no Brasil, pode se perceber um significado de múltiplas variáveis no entendimento acerca de cidadania. DaMatta, em sua análise, nota que existe um saber pejorativo sobre ser igual e nivelado, pela não garantia de salvaguarda de direitos que em primeira instância são individuais:

E, para complicar um pouco mais as coisas, revelando como elas não são nem estanques, nem lineares, pode-se pensar ainda naquilo que Wanderley Guilherme dos Santos chamou de “cidadania regulada”, uma forma de cidadania mais ou menos às avessas (como essa que mencionei acima), que seria: (a) reconhecida e definida por uma lei outorgada pelo Estado; e (b) estaria ligada a um “sistema de estratificação ocupacional” e “não a um código de valores políticos” (Cf. dos Santos, 1979:75). O resultado é uma nítida distinção de certas categorias ocupacionais que passaram a ter mais direitos que

outras, gozando mais cedo e melhor de certos direitos universais (como férias e direitos de pertencer a um sindicato) que estariam teoricamente ligados à idéia geral do trabalhador cidadão. Isso mostra como o papel de cidadão e a noção política de cidadania podem ser diferentemente acoplados em sociedades diferentes e até mesmo num só sistema social. Mas o que o caso brasileiro inegavelmente revela é que a noção de cidadania sofre uma espécie de desvio, seja para baixo, seja para cima, que a impede de assumir integralmente seu significado político universalista e nivelador (DAMATTA, 1997, p. 75).

Os entendimentos acerca da cidadania do sujeito comum no Brasil denota que por se ter uma comunidade hierarquizada, desigual e heterogênea pelos diversos contrastes existentes, toda importância está pautada não no indivíduo, mas nas relações que ele pode ter, a entendida política não legitima aquele que não contém uma rede de relações. Esse cenário mostra grande perversidade nos mecanismos políticos ou de representatividade política na variação da cidadania, pois foram hierarquias em termos de proximidades do que se entende enquanto centro de poder (DAMATTA, 1997).

O resultado é um sistema social em que convivem diferentes concepções de sociedade, política, economia e, naturalmente, cidadania. Num sistema onde a palavra de ordem é a relação, podem conviver dimensões e esferas de vida cujos valores são diferentes, embora complementares entre si. Daí a pergunta: será que podemos falar de uma só concepção de cidadania como uma forma hegemônica de participação política, ou temos de necessariamente discutir a hipótese de uma sociedade com múltiplas formas de cidadania, tantas quantas são as esferas de ação que existem em seu meio? (DAMATTA, 1997, p.78)

Nancy Fraser (2002) traz uma possibilidade de talvez resolução para a prática da cidadania no mundo contemporâneo; ela parte do pressuposto que para termos situações de mesma paridade num contexto tão heterogêneo como são as sociedades, precisa-se atribuir a determinados grupos um reconhecimento das diferenças e uma redistribuição econômica, para então haver um real sentido de mobilização política. “Só por meio da reintegração do

reconhecimento e da redistribuição pode-se chegar a um quadro adequado às demandas de nosso tempo” (FRASER, 2002, p. 246).

O interessante do trabalho de Nancy Fraser é que ela não traz a sua teoria como uma verdade absoluta, ela solicita um certo nível de abstração de uma série de problemáticas que possam vir com as concepções distintas, ela se propõe conceituar o reconhecimento cultural e a igualdade social de uma forma que ambos não se sustentem e não se enfraqueçam, pois teorizar esses campos e os modos que a desigualdade econômica e cultural operam unindo forças nos dilemas políticos que surgem pode mostrar um caminho de combater as injustiças apresentadas simultaneamente por esses campos. A partir desse pressuposto podemos traçar uma ideia que possa aproximar uma participação mais igualitária na vida política pelo cidadão. Fraser aponta que toda luta contra injustiça implica demandas por redistribuição e reconhecimento.

A injustiça socioeconômica é a primeira que já diferencia os sujeitos e seus entendimentos sobre direitos, ou quem pode ter acesso ou não a eles. Existe um paradigma acerca das aquisições e monopólio da circulação de bens que legitima ou não determinados sujeitos, tornando-os com mais ou menos direitos. Logo, percebe-se que o ideal nivelador e igualitário proposto por um determinado modelo político de prática cidadã é sucumbida uma vez que o capital e a acumulação deste determina quem tem o “direito de ter direitos”. A segunda é a injustiça cultural ou simbólica, pois arraiga certos padrões sociais de representação (FRASER, 2002), o não reconhecimento cultural acarreta invisibilidades de representações:

O remédio para injustiça econômica é a reestruturação política-econômica de algum tipo. Isso poderia envolver redistribuição de renda, reorganização da divisão de trabalho, sujeitar investimentos à tomada de decisão democrática ou transformar outras estruturas econômicas básicas. Embora esses vários remédios se diferenciem de forma marcante, devo referir-me a esse grupo pelo termo genérico “redistribuição”. O remédio para injustiça cultural em contraste, é algum tipo de mudança cultural ou simbólica. Isso poderia envolver reavaliação positiva de identidades desrespeitadas e dos produtos culturais de grupos marginalizados. Poderia também envolver reconhecimento e valorização positiva da diversidade cultural. Ainda

mais radicalmente, poderia envolver a transformação geral dos padrões sociais de representação, interpretação e comunicação, a fim de alterar todas as percepções de individualidade. Embora esses remédios sejam diferentes entre si, devo referir-me, daqui pra frente, a todo esse grupo pelo termo genérico “reconhecimento” (FRASER, 2002, p. 252).

Somando a essa teoria de Fraser, Holston traz a ideia de cidadania insurgente, entendida como prática social, que muito lembra o conceito de Arendt de cidadania ativa. A cidadania é vista como uma luta sobre o que é ser membro do estado moderno:

A cidadania muda à medida em que menos membros emergem para fazer suas reivindicações, expandindo seu alcance, e em que novas formas de segregação e violência se contrapõem a esses avanços, erodindo-a. Os lugares da cidadania insurgente são encontrados na intersecção desses processos de expansão e erosão” (HOLSTON, 1996, p. 249).

Holston explica algumas categorias que a cidadania pode ter, a formal é a condição de membro de uma comunidade política, a substantiva é relativa aos direitos civis, políticos e sociais disponíveis para o povo, assim como para Arendt, “direito” e “direitos” respectivamente. Mas Holston acaba encarando, assim como faz DaMatta, o conceito enquanto *status* social mediante todos os membros que são iguais em relação aos direitos e deveres que esse *status* é atribuído. A reflexão que aqui interessa, e que se soma à proposta de Fraser, é que ter uma cidadania formal não condiciona para uma substantiva, ou seja, ter “direito” não quer dizer que o indivíduo pode ter “direitos”. Ou seja, alguns cidadãos não são legitimados para ter acesso ao *status*. Mas com as novas formas de ocupar e vivenciar a cidade, por esse outro perfil de morador urbano, após um massacre e silenciamento por parte do Estado, essa nova categoria entende a importância da prática social (cidadania ativa) e reformula os meios de exercer o papel cidadão, pois percebe que as condições formais e substantivas modelam a experiência urbana. Holston chama isso de cidadania

insurgente, que “são encontradas tanto em manifestações organizadas de base quanto em práticas cotidianas que, de diferentes maneiras, legitimam, parodiam, desordenam ou subvertem as agendas do estado” (HOLSTON, 1996, p.249).

Esse modelo de uma outra experiência na cidade torna-se o foco da luta para redefinir as condições de pertencimento à sociedade. Esse formato de insurgência torna-se acessível a uma cidadania que não estava presente na vida dos cidadãos formais (ex: pobres, marginalizados etc). As novas políticas urbanas de diferença, multiculturalismo e racismo tornam difícil a cidadania e a indicação de quem é cidadão, e - retomando a Fraser - os direitos só podem ser de acesso a todos uma vez que temos um reconhecimento e redistribuição de determinado coletivos.

Os novos espaços de cidadania que daí resultam são principalmente um produto da compactação e reterritorialização de tantos novos residentes com histórias, culturas e demandas que rompem com as categorias normativas e aceitas da vida social. Esse rompimento é a fonte de cidadania insurgente e objeto de uma teoria do planejamento que inclui em sua constituição o presente etnográfico (HOLSTON, 1996, p. 250)

O Estado na construção de um projeto elitista tenta conter as classes trabalhadoras, essa cidadania insurgente que muito se assemelha ao entendimento de uma cidadania ativa, enquanto prática social, deslocando o papel do estado para todos os sujeitos que vivem coletivamente. O Estado não é a única fonte que legitima os direitos, sentidos e prática, nesse novo cenário apresentado pelas gestões na cidade, precisa perceber esses novos imaginários e como incluí-los nas pautas coletivas de uma maneira eficaz.

Em resumo: A construção da noção de cidadania passa por um recorte de construção social. Quando se parte de Arendt, cidadania é algo construído e ensinado, o indivíduo é portador de um direito nato, uma vez participante de um coletivo, de um todo. DaMatta aborda a construção das reivindicações dos direitos, nas quais as relações sempre são de extrema importância para legitimar os direitos individuais ou coletivos. Ou seja, cidadania é algo

construído socialmente, legitimado ou não por um estrato social e econômico. Nem todos que moram na cidade têm “direito a ter direitos”, muitas vezes é preciso conquistá-lo, por movimentos de insurgência, por exemplo. A cidadania entendida enquanto movimento insurgente traz a luta por ter “direito aos direitos”, não se vive sem uma política totalitária (como o nazismo como são baseadas as concepções de Arendt), mas se vive em um mundo capitalista, para o qual pode se fazer uma tradução. Pela quantidade de capital acumulado legitima-se quem tem direitos ou não. Ou seja, para pensar numa política na qual a cidadania funcione, precisamos partir como Fraser de que se faz necessário uma distribuição de renda, assim como reconhecimento das diferenças, pois a cidadania é construção social coletiva.

1.4 Táticas e resistências na urbe:

Nos modelos atuais que se tem de cidades, vislumbramos o que é cidade marketing e/ou espetáculo, uma cidade que não é construída para ou com a participação cidadã. Como podemos resistir a esse processo de construção urbana que visa uma “não apropriação” das cidades?

Nesses projetos de cidade, a cultura é tida como marca e entretenimento, a ser consumida rapidamente. Essa construção urbana pretende que seja um modelo de consumo rápido na maioria do tempo que o sujeito perpassa por ela. Um formato passivo, ou seja, menos participativo tornando a experiência da cidade em algo desencarnado.

Vive-se numa cidade de estratégias, são extensas as relações de forças entre sujeitos e instituições. A cidade estratégica tornou-se uma autoridade, uma ordem dominante sancionada por instituições e indivíduos dominantes, se manifesta em seus meios físicos e nos seus produtores, logo, ela é inflexível, pois está amarrada a um “próprio”, que é a sua “localização espacial ou institucional” (CERTEAU, 2014).

O objetivo dessas estratégias é se perpetuar através dessa cidade que é produzida. Uma produção em massa desse modelo e a homogeneização do público, sistematizando, impondo ordem e uniformizando os meios. Esse modelo estratégico é um produtor e fabricante, ele não propõe ser usuário e tem um contato indireto com o público. Como aponta Paola Jacques (2004, p. 95), “quais seriam então algumas alternativas possíveis ao espetáculo urbano? A participação, a experiência afetiva ou prática dos espaços urbanos são pistas interessantes”.

Precisa-se entender o plano das estratégias desse modelo da cidade estipulado para colocar em prática as táticas que possam surgir. Para Certeau, o modelo tático descreve sujeitos ou grupos que são fragmentados em termos de espaço, eles não têm uma base de operação, mas são capazes de realizar agrupamentos para responder a alguma necessidade que possa surgir. A necessidade faz uma tática aparecer, enquanto a estratégia entende necessidade como coisa que deve ser criada após o produto pronto.

As táticas tendem a serem ágeis e flexíveis comparadas com uma estratégia, são baseadas na improvisação, não dependem de um “próprio”, exploram as brechas nos sistemas impostos, infiltram-se, mas não dominam, preenchem as necessidades apresentadas por modelos estratégicos (CERTEAU, 2014).

Assim, a cidade também pode se tornar um território de táticas, transformando-a para os sujeitos em uma cidade deles, “habitável”, estabelecendo metodologias a serem executadas por indivíduos ou grupos. Dessa forma, para se tornar cada vez mais habitável e pertencida aos cidadãos, necessário se faz aumentar as táticas. Táticas enquanto resistência a esse modelo estratégico imposto.

A experiência da errância pela cidade contemporânea resulta numa corpografia urbana e numa tática de resistência, ou seja, é através da prática e vivências desses espaços que se constrói um outro tipo de cidade. São as apropriações e não apropriações que legitimam um espaço e suas formas de utilização. Os modelos urbanos projetados geralmente preveem uma forma já norteada pela experimentação desses espaços, mas são os cidadãos em suas

errâncias e lentidões que poderão proporcionar um verdadeiro sentido de uso a esses espaços.

Estes partem do princípio de que uma experiência corporal, sensorial, não pode ser reduzida a um simples espetáculo, a uma simples imagem ou logotipo. Ou seja, para eles a cidade deixa de ser uma cenografia no momento em que ela é vivida. E mais do que isso no momento em que a cidade, o corpo urbano, é experimentada, esta também se inscreve, e dessa forma sobrevive e resiste, no corpo de quem a pratica. (JACQUES, 2004, p. 95)

Assim a cidade é tida como um corpo e a corpografia seria como ela é inscrita no corpo de quem a vive, como é inscrita e identificada. Essa forma de inserção da cidade no corpo do cidadão pode ser vista também como uma micro-resistência a esse processo de espetacularização. Essa cartografia inscrita nos corpos denuncia o que esses projetos urbanos excluem. “São as apropriações e improvisações dos espaços que legitimam ou não aquilo que foi projetado, ou seja, são essas experiências do espaço pelos habitantes, passantes ou errantes que reinventam esses espaços no seu cotidiano (*ibidem*, p. 96).

Assim se precisa entender alguns conceitos chaves nessa constelação apresentada por Jacques:

Faz-se importante diferenciar a cartografia do projeto urbano e a partir daí a corpografia tanto da cartografia quanto da coreografia. Uma cartografia já é um tipo de atualização do projeto urbano, ou seja, uma cartografia urbana descreve um mapa da cidade construída e assim muitas vezes já apropriada e modificada por seus usuários (habitantes, passantes ou errantes). Uma coreografia pode ser vista como um projeto (de movimentação) corporal, ou seja, um projeto para o corpo (ou conjunto de corpos) realizar, o que implica, como no projeto urbano tradicional, em desenho (ou notação), composição (ou roteiro) etc. No momento da realização de uma coreografia, da mesma forma que ocorre com a apropriação do espaço urbano que difere do que foi projetado, os corpos dos bailarinos também atualizam o projeto, ou seja, realizam o que poderíamos chamar de uma cartografia da coreografia, através da sua execução. A corpografia, não se confunde então nem com a cartografia nem com a coreografia, e também não seria nem a cartografia da coreografia (ou carto-coreografia) nem a coreografia da cartografia (ou coreo-cartografia, a ideia de um projeto de dança inspirado por uma pré-existência espacial). A corpografia é

uma cartografia corporal (ou corpo-cartografia, daí corpografia), ou seja, parte da hipótese de que a experiência urbana fica inscrita, em diversas escalas de temporalidades, no próprio corpo daquele que a experimenta, e dessa forma também molda, mesmo que involuntariamente (o que ser determinante nas carto-coreografias) (*ibidem*, p. 96)

A corpografia urbana pode dar sentido tanto aos espaços opacos quanto aos luminosos, termos utilizados por Milton Santos. Ou seja, essas cidades modernas baseadas no marketing e em sua vitrine são entendidas enquanto cidade luminosa, uma mecânica sistemática e rotineira da errância. Opaco seriam espaços de criatividade e aproximação, opostos a zonas luminosas. Logo, para que a cidade seja cada vez mais um projeto coletivo e de plataforma política, os sujeitos sociais devem se apropriar e reivindicar os espaços. Seria por essa errância e apropriação que os sujeitos da urbe poderão exercer de fato seus papéis de cidadãos?

É na experimentação da cidade pela vivência, são nas formas que as disputas simbólicas assumem e nos conflitos urbanos que poderemos gerar uma nova gramática territorial. Um novo olhar sobre o território cidade pode ser proposto e praticado. Pretende-se assim uma ruptura acerca do espaço social das cidades contemporâneas. Uma contestação a esse modelo de assimetrias e desigualdades que pode ser dado pelas microresistências como táticas (SANCHEZ, 2015).

A cidade precisa também ser uma cidade de luta, há uma reinvenção da política na cena urbana. São ruas, avenidas e espaços públicos tomados por cidadãos, reconfigurando a gramática territorial imposta e tentando de alguma forma exercer a cidadania que geralmente lhe é negada. O território se torna múltiplo de coexistências, de conflitos e trajetórias, dando assim o caráter da heterogeneidade social. Assim podem-se revelar também as lutas simbólicas pelos espaços públicos em contraponto com discursos e imaginários disputados fazendo necessária uma política urbana acirrada para tentar segurar e ordenar a cidade.

Precisa-se ter liberdade da ação dos sujeitos no espaço público. A apropriação do espaço público pode se tornar uma forma de reivindicar direitos e colocar em prática táticas que podem desconstruir a imagem dessa cidade imposta e não acessível por todos que nela residem. A mobilidade e a errância como uma das diversas apropriações do espaço da cidade:

A gramática territorial se mostra um instrumento relacional de análise de como certos coletivos estão encontrando, nas apropriações diversas do espaço público, importantes estratégias para marcar presença nas disputas sociais, políticas e simbólicas dos espaços urbanos espetacularizados. (SANCHEZ, 2016, p. 11)

As práticas de resistência na cidade vêm desafiar todo esse modelo estratégico, baseado na mercantilização da vida, trazendo para o centro da agenda política a bandeira do direito à cidade. As ruas se politizam e democratizam, legitimam o “direito à cidade” e constituem uma referência de que é possível uma nova urbanidade (SANCHEZ, 2016).

A experiência urbana e a apropriação dos espaços pelos sujeitos numa sociedade contemporânea inserem novos paradigmas na circulação das práticas sociais e simbólicas dentro de um espaço geográfico. A temporalidade e a intensidade dessas experiências trazem em voga a legitimação de espaços não pelo seu uso fim, mas também pelo seu uso social e político. Práticas na urbanidade são as experiências que os habitantes fazem e trazem no espaço, são as apropriações e improvisações que legitimam para além de um uso pré-estabelecido. Há uma reinvenção das práticas e possibilidades de vivências nos territórios urbanos, a cidade tem que ser vivida e entendida também como um corpo que tem que ser experimentado (JACQUES, 2007).

Entender o território também é entender a pluralidade da dimensão do cotidiano numa perspectiva dos usos que lhe são dados, prospectados e praticados (SANTOS, 1999; CERTEAU, 1998). Analisar uma localidade/território é ter ciência de processos de mudanças inseridos num contexto social a partir de uma temporalidade, processos estes que são

nutridos pela produção de discursos políticos nas formas de fazer e entender as cidades.

Compreender a dimensão simbólica de um espaço público pode contribuir nas experiências sociais de indivíduos; necessário se faz problematizar a definição de público e as ressignificações de territórios e construção de identidades a partir de práticas culturais.

Não se pode perder de vista as formas de construção da cidade, sejam: físicas, simbólicas e os seus usos previamente estabelecidos, que sofrem mudanças ao longo da temporalidade. A criação de uma vida urbana alternativa, mais significativa para a população aponta desafios e rupturas sobre os grandes projetos urbanos que soldam algumas forças sociais das cidades (SANCHEZ, 2016). Essa perspectiva indica que a cidade precisa compreender as plataformas políticas coletivas, buscando para o público e sujeitos dessas cidades um acesso real aos espaços públicos, reivindicando para criar e recriar esses espaços segundo suas necessidades. É com este olhar e com estas preocupações e reflexões que a pesquisa sobre a praça São Salvador vem sendo realizada, no intento de flagrar potencialidades e inibições para uma efetiva apropriação urbana daquele território.

Capítulo 2 – Praça São Salvador: usos e afetos

A cidade pode ser vista também como uma escrita, já disse Raquel Ronilk (1995). Entender a dinâmica da cidade ou a sua escrita também é compreender os relatos que nela ocorrem, suas significações para além do entendimento de lugar, traçando um ponto inicial para um discurso do que é cidade. De onde vem o discurso? De onde vem a narrativa? Como a cidade se transforma em narrativa, em lugares significados? Através dos sujeitos, a alma da cidade (se é que ela tenha uma alma, filosoficamente abordando) vem através dos prédios, dos espaços públicos e privados, dos afetos e aspectos que cada um desses traz para um cidadão. O sujeito é a principal via de início na construção de uma cidade, não existe cidade sem pessoas, são os sujeitos que conceituam o pensamento sobre cidade.

Experiência urbana e, em particular, a experiência corporal da cidade. O processo de espetacularização parece estar diretamente relacionado a uma diminuição tanto da participação cidadã quanto da própria experiência corporal das cidades enquanto prática cotidiana, estética ou artística no mundo contemporâneo. O fio condutor dessas ideias seria então a questão do corpo – do corpo ordinário, vivido, cotidiano – ou como dizia Milton Santos, da corporeidade dos homens lentos, ou seja, a própria experiência corporal, a experiência urbana sensorial, que acredito que possa nos mostrar alguns caminhos alternativos ao processo molar de espetacularização das cidades contemporâneas. (JACQUES, 2007, p. 94)

Sujeitos significam a partir de suas vivências os lugares na cidade, significam o que é estar na cidade e o que é uma cidade. Não é só de prédios, vias e comércios que se tem a sua escrita, mas é pelas narrativas que se constrói ao longo dos anos entre sujeito e cidade. Perceber que se mira num aspecto sociológico quando pensa-se em cidade é perceber que o sujeito sempre é perpassado e circunscrito na narrativa a qual for contada. A história da cidade é também a história da sociedade, um par que não se separa.

A relação moradores da cidade/poder urbano pode variar infinitamente em cada caso, mas o certo é que desde sua origem

cidade significa, ao mesmo tempo, uma maneira de organizar o território e uma relação política. Assim, ser habitante da cidade significa participar de alguma forma da vida pública, mesmo que em muitos casos esta participação seja apenas a submissão à regra e regulamentos. (ROLNIK, 1995, p. 21)

A narrativa é circunscrita a partir de uma territorialidade determinada, na São Salvador, já brevemente apresentada desde o início desse trabalho, não há pretensão de se ter a completude de toda a dinâmica e narrativa que a cidade pode ter, trazer e/ou fornecer. Mas é a partir desse ponto, desse caso previamente determinado, que se pretende desenvolver uma série de entendimentos e possíveis estruturas de estudos sobre a cidade. Novamente, pensar um micro para poder vislumbrar o macro.

Esse capítulo propõe trazer questões acerca do escopo cultural que transpassa o território e as questões urbanas que sujeitos em disputa podem acarretar. A praça se torna viva a partir de seus agentes e usuários. Os pontos a serem levantados vão da construção das narrativas da pesquisadora, a análise das narrativas de agentes da praça e as questões urbanas que a sua ocupação pode acarretar.

O dia a dia de pesquisas de campo ao longo do ano de 2017 mostrou variadas situações e tensões que ocorrem. De uma praça “abandonada” para uma praça repleta, são inúmeras as narrativas que se pode coletar. Do exercício da democracia ao entendimento de espaço público e espaço privado. A pesquisa foi desenvolvida durante alguns meses, acompanhando o dia a dia de uma praça e seus sujeitos.

Usava o celular como meio de anotação do que via e vivia, gravava áudios, frequentava em horários diferentes para captar a dinâmica e o público que ali permaneciam ou passavam. Participava da praça, dos eventos, do dia a dia, conhecia pessoas, conversava, obtinha informações e tomava notas. Foi um intenso debruçar-me sobre o cotidiano que ali se apresentava e seus detalhes que eram descobertos somente com o tempo, construindo intimidades com as pessoas que ali viviam, usavam e passavam pela São Salvador. Observava e participava, todo trabalho de campo foi se dando de forma natural,

o campo foi se transformando em pesquisa, em relatos, em vivências, em afeito, foi transformando o dia a dia de pesquisa, a questão que deu mote ao trabalho já havia se modificado e o campo como quase como um “ser próprio de vontades” ia se revelando a partir do outro. Era no contato com os outros que a Praça São Salvador começava a fazer sentido enquanto pesquisa, o que procurava entender, o que era o viver na cidade, o viver e pesquisar na praça me dava dicas. A pesquisa foi tomando forma, mas os sujeitos tornavam-se concretos e o olhar não era mais de fora, mas de dentro, de perto e eu era uma pesquisadora-usuária.

2.1 A afetividade com o dia a dia de um campo:

Pensar em entender a cidade por uma fração dela é um tanto que aterrorizante. Longe dessa pesquisadora achar que pode traçar um panorama total da vivência de uma cidade tão múltipla como o Rio de Janeiro por uma localidade tão específica e que contempla apenas uma parcela do que é essa cidade de pedras e verdes.

Começamos da seguinte forma, a praça São Salvador, localizada no bairro de Laranjeiras na zona sul carioca, de moradores predominantemente de classe média alta. O trabalho de campo e a vivência na praça proporcionaram um verdadeiro encantamento sobre as dicotomias e disputas que um espaço pode proporcionar. Identificando agentes, observando público frequentador ao longo de março até julho de 2017 (lembrar que os estudos de campo ainda seguirão por mais temporalidades), há uma série de fatos cotidianos que uma cidade pode proporcionar aos seus cidadãos que foi testemunhado.

Parto do princípio de que a praça São Salvador não é somente um lugar de sociabilidade de tão fácil acesso a qualquer sujeito e como o reivindicar o seu uso é uma tarefa dos agentes que ali o disputam.

No dia 08 de março de 2017, quarta feira, retornei à praça, não somente como usuária/frequentadora, mas como pesquisadora. Todo o processo de

tentar passar despercebida, somente tomando notas no celular sobre o que se observava até o momento em que alguns usuários diários começam a me entender como “a pesquisadora” da praça. Um processo de mudança de status de frequentador “comum” para um agente que observa?

As primeiras impressões que tomo neste primeiro dia de campo, é que desde a minha última ida em 2016 (não como pesquisadora, mas como frequentadora pouco assídua) era a grande quantidade de ambulantes e uma iluminação um tanto que forte para o ambiente que sempre teve um ar de “surdina”, pouca luminosidade que favorecia uma sensação de aconchego. Aquele primeiro encontro com uma praça extremamente bem iluminada, com uma proporção de ambulantes e pessoas (mas ambulantes são pessoas...), um tanto que desproporcional. Havia 10 ambulantes para 50 pessoas por volta das 20 horas.

A luminosidade, um tanto que exacerbada no meu ponto de vista, me deixava de certa forma inibida. As pessoas tinham luz para se enxergarem. Elas se enxergavam?

Os bares no entorno estavam razoavelmente cheios. Não havia música, somente grupos de pessoas conversando de uma forma assimetricamente distribuídas pelo entorno da praça. Observo que há crianças com suas mães brincando no parquinho da praça, e em toda essa cena de uma praça pública noto que há somente uma pessoa em situação de rua dormindo em um dos bancos. Pessoas idosas conversando ou andando pela praça com um ar de descompromissadas, apenas observando o movimento assim como eu. Um leve cheiro de maconha sai de algum grupo que está fumando. Esse retrato de um lugar pacato que favorece o encontro entre pessoas que vivem diariamente a urbanidade.

No período de uma hora que permaneci nesse primeiro encontro enquanto pesquisadora com a praça percebi que ela é predominantemente um ponto de encontro. Houve alguns grupos que aparentemente marcavam o chafariz central como principal ponto. Havia uma festa de aniversário perto do coreto, pessoas que não compravam nada dos ambulantes. Elas mesmas

havia trazido seus comes e bebes para o espaço. Um senhor atravessa a praça com uma cadeira nas costas, despercebido aos demais.

Imagem 4 - Praça São Salvador vista de cima



Fonte: Analice Paron / Agência O Globo

Em outro dia no período da tarde percebo que continuamos com um número meio exagerado de ambulantes vendendo bebida alcoólica na praça. Atento para a seguinte observação: ninguém tem permissão da prefeitura municipal do Rio de Janeiro para vender qualquer produto no recinto. Ou seja, são todos ambulantes informais.

No período da tarde, independente do dia da semana a praça tende a ter um público predominantemente de idosos e crianças. Os bares do entorno estão terminando de serem colocados em ordem para abrir e receber sua clientela, assim como muitos idosos sentam pela extensão da praça como um todo em pequenos grupos conversando. As horas vão passando, mais ambulantes vão chegando com seus isopores e mercadorias. Tenho a leve impressão que o movimento da praça será intenso já que temos tantos trabalhadores organizando suas respectivas vendas. Nessa parte do dia,

aparentemente, o sentimento é que estou numa cidade do interior e não numa das principais metrópoles do país.

Em conversa nesse mesmo dia com uma amiga, vizinha da praça, ela me aponta o que chama de “mapa das afetividade da São Sa”, no qual ela mapeia os estabelecimento em torno da praça dando prioridade por alguma relação de afeto que ela tenha: o supermercado “Zona Sul” fica até tarde aberto e o melhor custo benefício para quem quer comer algo rápido e barato; existe o Copa 74, a única lanchonete aberta e sobrevivente na região; o bar “Império” da praça tem os melhores petiscos e a pior reputação de cozinha; o bar ao lado você pode usar o banheiro sem precisar pagar; a caipirinha do bar Dodô é a melhor da praça.

Assim vou percebendo a teia de afetos e memórias que cada pessoa que passa pela São Salvador vai criando para si através do dia a dia de vivência nesse espaço.

Ao longo dos meses que frequento a praça, constantemente há um caminhão descarregando mercadoria de bebidas para os ambulantes, crianças brincando no parquinho com seus respectivos responsáveis quase que o dia todo. Pessoas idosas conversando dos mais variados assuntos e uma pesquisadora que presta atenção e toma nota mentais sobre os mais variados assuntos.

Algumas peculiaridades no dia a dia da praça vão chamando atenção, quarta feira há um forró dentro da caçamba de um caminhão baú. A praça é um ponto de encontro constante de músicos, uma vez que há algumas escolas de músicas no entorno, como a Maracatu Brasil. E um constante aumento de público conforme vai escurecendo; a praça intensifica de movimento a partir das 21h.

Converso com desconhecidos, faço amizades, e uma frase constante escuto das pessoas com quem eu interajo: “prefiro vir pra cá, ver pessoas, conhecer pessoas do que ficar em casa fazendo nada”. Em conversa com outra conhecida vizinha da praça, ela também fala que às vezes ela vai sem propósito nenhum, sempre vai haver um conhecido ou alguma movimentação...

A praça com a sua movimentação tem vida, vida humana se apoderando dela de formas variadas.

Imagem 5 - Foto do coreto de noite



Uma agenda de usos do espaço vai se apresentando conforme vou criando intimidade com aquele território; segunda ocorrem umas oficinas abertas de malabares, às vezes alguns coletivos da praça realizam conversas e debates públicos no coreto; quarta-feira um forró ocorre com alguns músicos; sexta-feira ou sábado há um samba e todos os domingos há uma feira juntamente com o grupo de chorinho.

Outras cenas vão se formando ao longo dos dias de campo: uma pessoa em situação de rua no coreto. Oito ambulantes fazendo seus comércios. Poucas pessoas na praça, umas 50 pessoas mais ou menos. Há uma pessoa em situação de rua que mexe no lixo, serve-se de um resto de cerveja, recolhe

suas sacolas e sai. Um ser a parte, ignorado por todos, quase invisível. Pessoas em grupo, conversando. Alguém falando de série³, uma dupla de mulheres ao meu lado fala sobre o tinder⁴. Pessoas atravessam a praça, olham o movimento e continuam seu rumo. Pessoas chegam, compram uma cerveja e começam a conversa. Um cara sozinho bebe sua cerveja. Fragmentos de diálogos pela praça, alguém reclamando da praça da Cantareira em Niterói e como está esquisita pelo fato de estar tocando funk. Ambulantes oferecem cerveja, é quase uma ofensa recusar. A sensação é de que a praça é um grande *happy hour* gratuito.

Algumas crianças jogando bola, outras no balanço do parquinho. Observo uma ambulante recolhendo as garrafas de vidro e jogando no lixo. Uma troca de olhar. Paquerar aqui parece ser bem fácil. As pessoas puxam papo com desconhecidos como se fosse algo corriqueiro. Alguém grita o nome de alguém. Tem uma outra pessoa em situação de rua, falando sozinho, sem interagir com ninguém, invisível também.

A maioria das pessoas na praça são brancas, os negros que se destacam são ambulantes. Escuto um pandeiro ao longe, alguém toca em uma roda de conversa próximo ao chafariz.

Pessoas passeando com seus cachorros. Um *foodtruck* numa das esquinas da praça. Pessoas reclamando do holofote no chafariz atrás de mim. Pessoas utilizando drogas que não são legalizadas. Agora pandeiro e triângulo têm acompanhamento de uma flauta! A única pessoa além de mim que percebeu a pessoa em situação de rua foi uma criança que olha receosa ao homem falando sozinho e interagindo com o vento. O moço continua falando sozinho, narrando um jogo de futebol. Seu jogo é invisível: "Brasil campeão!", ele exclama.

Outro dia, a mesma praça, novas vivências, novas histórias e descobertas vão se tornando mais visíveis aos meus olhos. Uma praça abarrotada em plena quinta-feira, um grupo de forró divide o coreto com uma cabelereira e seu espelho. No dia seguinte, samba com o grupo Batuque do Coreto, não tão

³ Série, são filmes sequenciais, com um número limitado de episódios curtos, perfazendo no total uma história completa, que eram apresentados nos cinemas da primeira metade do século 20.

⁴ Aplicativo que tem a proposta de proporcionar encontros amorosos.

cheio, um público que tem idade por volta dos cinquenta anos ocupa os arredores. O parquinho no outro lado da praça constantemente cheio de pais e suas proles.

A praça em um primeiro mês de pesquisa de campo se mostra sempre cheia de pessoas, sempre cheia de ambulantes, vizinhos, frequentadores. Conforme se anda, percebe-se os lugares dos grupos. As festas de aniversário sempre ocorrem perto das mesas ao lado do coreto; há sempre às sextas-feiras um grupo de motoqueiros a beber; os usuários de maconha ficam geralmente do lado do supermercado Zona Sul. Alguns grupos que já não se importam tanto com a luminosidade se apoiam no coreto imersos em seus assuntos do cotidiano.

A praça nos anos que apenas frequentava sem nenhum propósito acadêmico, era marcada por uma luz mais intimista, amarelada, deixando a praça um pouco mais escura. Quando retorno para praça no centro onde está localizado o coreto, dois postes com duas luzes de led estão apontados para o centro, iluminando a todas e tudo.

A praça está viva, a cidade pulsa pela praça. Cada sujeito reivindicando seu lugar ali, pouco mostrando uma disputa de espaço. Mas alguns acontecimentos na praça vão demonstrando suas variadas camadas sobre os usos e suas disputas. Conforme vou virando também uma agente da praça, aquela que pesquisa, intimidade vou criando com alguns grupos de ambulantes, algumas pessoas que frequentam, uma rede de contato e afetos também vou formando, mas não esquecendo um olhar de constante observação sobre a fração que a cidade me mostra e me permite usar.



Imagem 6 - Foto do coreto numa tarde ensolarada

2.2 Compilando entrevistas, cada um tem a sua praça:

A praça em alguns momentos era apenas passagem, uma ida ao supermercado, um ponto final de ônibus, não havia uma movimentação constante como nos relatos anteriores, havia uma outra praça, outros usuários e usos, que não me detive nessa investigação. Meu recorte de tempo é atualidade, nesses dois últimos anos de pesquisa, vivendo a praça, coletando histórias, vendo as territorialidades ali se formarem.

Nessa pesquisa, entrevistei em um ‘molde’ mais formal, duas pessoas Tarcisio Motta e Pimenta. Os outros relatos das afetividades foram extraídos de interações espontâneas, uma conversa sentada no coreto, ou uma escuta de uma conversa alheia sentada no chafariz, um “ficar parada mexendo no celular para não ser notada, mas prestando atenção em todas as conversas que em volta ocorriam”.

Pesquisar a dinâmica da cidade e as formas de sociabilidade na contemporaneidade permite atualizar a etnografia, ter um olhar de perto e de dentro (MAGNANI, 2002).

Não há uma só lógica nem uma única direção no fluxo transnacional por onde transitam pessoas, mercadorias e recursos: não poucas vezes esse fluxo termina fortalecendo costumes e instituições tradicionais num dos pólos, aquele constituído pela longínqua aldeia de origem (MAGNANI, 2002, p.14)

O olhar etnográfico proposto por Magnani inspirou-me muito na metodologia que usei, perceber a metrópole nas suas variáveis a partir dos sujeitos e os seus respectivos fluxos, pode até vir com um olhar fragmentado, mas é juntando todos esses fragmentos que podemos ter uma visão da vida na metrópole, o processo para estudar cidade e-ou seus espaços é “identificar essas diferentes centralidades e os múltiplos ordenamentos que nelas e a partir delas ocorrem” (MAGNANI, 2002).

A própria escala de uma megacidade impõe uma modificação na distribuição e na forma de seus espaços públicos, nas suas relações com o espaço privado, no papel dos espaços coletivos e nas diferentes maneiras por meio das quais os agentes (moradores, visitantes, trabalhadores, funcionários, setores organizados, segmentos excluídos, “desviantes” etc.) usam e se apropriam de cada uma dessas modalidades de relações espaciais (MAGNANI, 2002, p.15).

Ou seja, precisamos captar as várias nuances de sujeitos e suas relações com os espaços para ter uma visão e descrever a vivência, o sistema de referências, onde possamos encontrar um ponto comum de vista acerca do espaço e sujeitos estudados e observados. Existe uma dificuldade em ter um distanciamento do objeto investigado, quando ele faz parte do seu cotidiano. O que é estudar espaços da cidade, quando a cidade lhe é um espaço próprio também. O desafio constante da pesquisa é se afetar e não se afetar ao mesmo tempo pelo cotidiano que se investiga, a experiência afeta e modifica o pesquisador a cada experiência vivida. Os fragmentos capturados nas idas e permanências na praça me ofereceu pistas para um novo entendimento acerca da Praça São Salvador. A vida na cidade, a vida no espaço da praça São Salvador demonstra um largo modos (não entendi o sentido...) de vidas nas

idades e nos espaços. Redes se estabelecem, sistemas de trocas, pontos de encontros, pontos de passagem e muitas possibilidades de interações e mediações com que os indivíduos lidam nos seus cotidianos.

A simples estratégia de acompanhar um desses “indivíduos” em seus trajetos habituais revelaria um mapa de deslocamentos pontuado por contatos significativos, em contextos tão variados como o do trabalho, do lazer, das práticas religiosas, associativas etc. É neste plano que entra a perspectiva de perto e de dentro, capaz de apreender os padrões de comportamento, não de indivíduos atomizados, mas dos múltiplos, variados e heterogêneos conjuntos de atores sociais cuja vida cotidiana transcorre na paisagem da cidade e depende de seus equipamentos . (MAGNANI, 2002, p. 17)

Não acompanhei um sujeito, mas vários que tinham aquele espaço como parte de seu trajeto, o recorte de análise pode ser considerado da seguinte forma:

Aqueles dois planos a que se fez alusão anteriormente – o da cidade em seu conjunto e o de cada prática cultural designada a este ou àquele grupo de atores em particular – devem ser considerados como dois pólos de uma relação que circunscrevem, determinam e possibilitam a dinâmica que se está estudando.(MAGNANI, p.20, 2002).

A investigação tem duas ordens, a social e a espacial, a partir disso frequenta-se o lugar, apreende-se em, torna-se do lugar; ser reconhecido como daquele lugar, obviamente que estudando a Praça São Salvador, já com um histórico de frequentadora, foi mais fácil ficar “invisível” ao espaço enquanto pesquisadora, fiquei tão embrenhada no dia a dia da praça, que consegui um informante, o Pimenta. O Pimenta, é uma dos ambulantes e articuladores naquele espaço, ele me informava e contava sobre o seu “quintal”⁵, me indicou com quem falar e entrevistar sobre o histórico dos fluxos na praça, pois ele frequentava depois que o espaço tornou-se um lugar de encontros e movimentação constante.

Ao partir dos próprios arranjos desenvolvidos pelos atores sociais em seus múltiplos contextos de atuação e uso do espaço e das estruturas urbanas, este olhar vai além da fragmentação que, à primeira vista, parece caracterizar a dinâmica das grandes cidades e procura identificar as regularidades, os padrões que presidem o

⁵ Pimenta se refere a Praça São Salvador como fosse o quintal da sua casa

comportamento dos atores sociais. Supõe recortes bem delimitados que possibilitam o costumeiro exercício da cuidadosa descrição etnográfica. Identificar essas práticas significa que o recorte escolhido faz sentido tanto para os próprios atores como para o analista: trata-se de uma totalidade empiricamente definida, mas que, capaz de ter os elementos que os estruturam reconhecíveis como padrões, pode ser descrita, formalizada, constituindo um modelo mais geral. Aponta para uma lógica que transcende o contexto original, com poder descritivo e explicativo. (MAGNANI, 2002, p. 25)

Pimenta, enquanto informante, enquanto ator social daquele espaço, enquanto usuário, me proporcionou ter uma visão ampliada sobre todas as camadas que o espaço da Praça São Salvador poderia ter. A partir disso, ele me indicou conversar com o Tarcísio Motta, figura pública como vereador da cidade do Rio de Janeiro e morador de longa data do bairro.

Tarcísio⁶ tem uma memória da praça desde 1995, quando torna-se residente do bairro de Laranjeiras, ele retrata uma praça de movimentos e agentes diferentes do que encontramos agora nos anos de 2016 a 2018, uns botequins nos quais praticamente não tinha frequentadores, uma farmácia e um supermercado “Big” (agora é Zona Sul) onde se passava por lá somente quando não havia tempo para filas em supermercados grandes.

É, final de 1995, depois teve uma época que eu morei na General Glicério, ainda em Laranjeiras, mas mais distante da Praça. Depois eu voltei para rua Ipiranga e moro lá desde então. Portanto, eu já morava nas proximidades da Praça São Salvador desde 1995. E a praça era um lugar que não fazia parte da...(pausa reflexiva), num primeiro momento dos nossos lugares de frequentar, normalmente a gente acabava indo muito mais ao mercadinho São José, ali perto. Era o lugar que a gente frequentava mais, ou o mais próximo ali da onde eu moro, o restaurante “Severyna”. Eram os lugares que tinham e a praça era um lugar apenas de passagem ou no máximo, ir lá num supermercado que era muito pequenininho, ruim.

Mas em 2003 Tarcísio começa a frequentar a praça, virando cliente do “Bar Brasil” ou como ele chamava “Bar do Seu Luis”, hoje é chamado de “Casa

⁶ Tarcísio Motta, vereador da cidade do Rio de Janeiro, morador do bairro de Laranjeiras desde 1995.

Brasil”, ou seja, a São Salvador começa a fazer parte do trajeto e Tarcísio torna-se usuário da mesma, criando uma rede de afetos, a começar por esse estabelecimento. Mas foi por causa do carnaval e do aumento dos bloco de rua que uma praça com pouco movimento fez com que se reunissem algumas pessoas amigas para criarem o próprio bloco, ou pelo menos, ações continuadas ao longo do ano que proporcionaram o desfile do bloco no carnaval. A decisão foi tomada e a praça São Salvador tornou-se o local de encontro de Tarcísio e seus amigos para realizar rodas de samba, foi em setembro de 2004 a primeira edição, uma praça “completamente deserta”.

Bom, acontece que nesse meio do caminho, eu e minha esposa, minha companheira Gabriela e mais uma galera, a minha sogra... portanto, muita gente, muitos amigos, nós frequentávamos os blocos de rua do Rio de Janeiro. Então, nesse primeiro momento, em 96, 97,98, 99,...eram esses blocos um pouco mais tradicionais do ponto de vista do final da Ditadura,do início da redemocratização. O Simpatia é Quase Amor, o Suvaco do Cristo, o Barbas, eram esses blocos que a gente frequentava, propriamente dito. E nós vivemos o processo de crescimento dos blocos, ou seja, cada um desses blocos eram blocos pequenos, foram crescendo, crescendo, crescendo, crescendo...a gente começou a frequentar muito _____ chamado Cordão do Boitatá, mas também ele, vai ...começa a crescer, crescer, crescer, e tem um determinado ano, no ano de 2004...a gente chega a conclusão de que não dá mais que a gente tinha que fazer um bloco nosso. Bom, e aí, nesse meio do caminho, a gente começou a frequentar um bar na praça São Salvador, com a família, inclusive com o meu filho, que hoje tem 14 anos e ia pequenininho pra lá, que era o bar, que a gente chama “Bar do Seu Luís”, que hoje é a “Casa Brasil” ou Império da Praça. Era o “Bar Brasil”. A gente começou a frequentar essa bar e , portanto a praça passou a fazer parte dessa nossa vida. Isso deve ter acontecido ali por volta de 2002, 2003, o período em que isso acontece. E aí, uma coisa levou a outra,ou seja, a gente reuniu um grupo de amigos que frequentava o carnaval que saía junto nesses vários blocos e reunimos e decidimos fundar um bloco de carnaval. E aí a discussão foi "onde é que esse bloco vai desfilar? E aí, a lógica foi inclusive, foi criar um bloco aos moldes do que era...tinham duas grandes inspirações: O

Escravos da Mauá e o Cordão do Boitató. Qual era a grande inspiração do Escravos da Mauá? De que o bloco pudesse se financiar fazendo rodas de samba todo mês.

Segundo o entrevistado, as pessoas não costumavam frequentar, a partir disso ela tornou-se o lugar perfeito para iniciar algum tipo de movimento. A roda de samba tornou-se um convite aos amigos e aos moradores de Laranjeiras a frequentarem a praça com um ponto de permanência e não mais de uma passagem rápida. Em 2005 sai o primeiro desfile na praça São Salvador, o “Bagunça meu coreto” e as rodas de samba na praça começam a crescer e a quantidade de pessoas a aumentar.

Nesses primeiros anos a relação com a prefeitura e a utilização desse espaço público era sem burocracias, a partir do momento que o Eduardo Paes assume como prefeito do município, surge a necessidade de qualquer utilização da praça que juntasse um aglomerado de pessoas ter necessidade de requisitar autorização e as relações com os moradores da redondeza começam a ficar estremecidas, pois começam a haver reclamações com relação ao barulho, à quantidade de gente reunida, à desordem. Tarcísio pontua que de 2004 a 2008 a situação na praça, com seus usuários e eventos era tranquila, a partir de 2008 começa a ter pressão por parte de alguns moradores do entorno da praça, assim como outros eventos começam a se desdobrar a partir da roda de samba do “Bagunça meu Coreto”. Em 2008 surgiu a roda de choro “Arruma o Coreto” que se apresenta aos domingos, até os dias atuais, no coreto da praça.



Imagem 7 - Croqui 1

(Croqui da autora, desenhos geométricos localizando os espaços da praça, tais como: escola, supermercado zona sul e prédio residências na parte superior. Coreto, chafariz, parque e bombeiro no meio e lanchonete Copa 74, bares e prédios residências na linha inferior)

A dinâmica de 2007 era no sábado de noite uma vez ao mês com a roda de samba do “Bagunça meu Coreto” e aos domingos (todos) com a roda de choro “Arruma o meu Coreto”. Outro desdobramento, agora já em 2009, foi a criação do “Batuque no Coreto”, que nada mais era que frequentadores do “Bagunça meu Coreto” que queriam roda de samba toda semana e não mais somente uma vez ao mês. Ao mesmo tempo, os botequins da praça começam a se modernizar, seguir outros padrões, o supermercado “Big” desaparece, abre-se um “Zona Sul”⁷, a praça começa a passar por modificações a partir do fluxo de pessoas que começam a frequentar o espaço devido a série de eventos que ocorrem.

Os botequins da praça começaram também a se modernizar, né? Criar, seguir outros padrões, ou seja, eles começam a modificar. O tal do “supermercado BIG” desaparece, abre um Zona Sul . Portanto, a praça, no entorno dela passa a sofrer modificações dado ao fluxo de pessoas que estão vindo a partir dali. E outras iniciativas culturais

⁷ Franquia de supermercados com oferta de produtos importados e preços mais altos.

passam a acontecer. Tem uma música Eslava que acontecia durante a semana, o pessoal do circo. Começa a multiplicar as ações e multiplicar a quantidade de pessoas que passam a frequentar a Praça São Salvador nesse período. E a história continua. O Bagunça ao mesmo tempo, começa a diminuir a frequência das suas rodas de samba. A gente...seja por que em determinados momentos, a prefeitura pega em cima e a gente tem todo um trabalho de ir lá explicar para prefeitura, pra subprefeitura qual o perfil do nosso bloco, quanto tempo a gente tem, etc..Toda a vez a gente conseguia ganhar isso de novo e conseguia fazer pelo menos as rodas de samba sempre com autorização e sempre com conhecimento da prefeitura. Esse era nosso perfil. Mas, ao mesmo tempo a praça começa a ficar muito cheia, então, mais próximos agora, já estamos chegando talvez em 2013, 2014 ...2013, a frequência das rodas de samba do Bagunça Meu Coreto vai diminuindo. Acho que no ano de 2013 nós fizemos duas ou três rodas só. Em 2014, só uma. E assim foi. A gente tem feito pouquíssimas rodas de samba, embora o bloco continue existindo com a sua diretoria e com as ...outras formas de financiamento.

Outras iniciativas culturais passam a acontecer, as ações se multiplicam, assim como a quantidade de frequentadores. Aí em sua história de “Bagunça meu Coreto”, Tarcísio com seu grupo começam a diminuir a frequência das rodas.

Até que em 2014 fazem apenas uma edição e a praça sedia apenas no carnaval o desfile do bloco nos últimos anos. O que é importante identificar é que conforme a praça vai se tornando um lugar de encontros e permanências (a partir dessas série de ações descritas e contextualizadas por Tarcísio), há uma prefeitura burocratizando e barrando as ações. Os grupos pedem autorização, vão à subprefeitura, explicam o contexto da ação, o objetivo de movimentação da praça a partir de uma atividade cultural e mesmo assim um processo de abafamento dessas ações vai ocorrendo.

Outra observação de todo esse processo é que ao longo dessa mudança de movimentos na praça que é identificada na fala do entrevistado, se constrói um processo de gentrificação contraditório, pois os estabelecimentos se modernizam para atender uma boêmia frequente de um

bairro de classe média da zona sul, ao mesmo tempo em que precisam disputar com os ambulantes que começam a ocupar aquele espaço apesar desse movimento, a padaria que se moderniza ou a loja de conveniência que abre, elas falem e desaparecem, se transformando em outros estabelecimentos que também não conseguem ter uma vida “útil”. A partir desses eventos e uma identificação da praça enquanto um espaço de boêmia, começa-se a formar uma rede de economia informal a partir da venda de cerveja nos eventos.

Tarcísio explica que era trabalhoso vender cerveja em eventos com pouca estrutura, conforme o público foi aumentando o grupo que organizava a roda de samba não dava mais conta, a partir disso, moradores próximos da região começaram a vender cerveja, um conjunto de dez nesse início, esses moradores que faziam esse papel do ambulante (quem trabalha comprando e vendendo mercadorias sem possuir um local fixo). Em um momento menos recente essa relação de vendedores de cerveja, sem autorização da prefeitura para realizar venda, explode. Chegando a dias em que a quantidade é muito maior, se comparada proporcionalmente com o público. Isso vai gerando e acirrando uma briga entre os moradores que habitam o entorno da praça e os usuários daquele espaço. A principal reclamação vem do barulho ocasionado por esses eventos que acabam entrando pela madrugada: os eventos respeitam o horário das 22h para encerramento das atividades, mas seu público não; a boemia entra madrugada adentro, produzindo barulhos e mais barulhos.

Essas reclamações se amplificam com duas vereadoras, Leila do Flamengo e Teresa Bergher, tornando a praça em suas “arena de briga”, devido ao aumento das reclamações da vizinhança sobre o barulho e a sujeira que a praça começou a ter, as vereadoras começaram a disputar em quem iria colocar a ordem na praça e apaziguar a vizinhança e assim como conquistar votos.

Com tudo isso, veio o projeto de cercamento da praça que nunca foi posto em prática, mas rende muita discussão em todos os momentos que esse projeto é mencionado. As duas vereadoras na sua disputa de poder e de quem

seria a promotora de tirar o projeto do papel para a realidade só tornava a praça mais famosa nas mídias e redes sociais.

A ideia do cercamento era para diminuir o fluxo de pessoas, controlar as atividades, mas esse projeto só foi um propulsor para polêmicas, o fluxo de pessoas e o barulho não diminuiu, assim como a praça não foi cercada. Como apontado por Tarcísio Motta em entrevista:

A Praça São Salvador é um exemplo, também de quando a prefeitura confunde ordem pública com repressão. A praça carece de ordenamento, um mínimo de organização, mas as prefeituras do Eduardo Paes e do Crivella entendem ordenamento por repressão, e não por apoio às atividades culturais que pudessem criar um relação de respeito em relação com os próprios moradores, resolver os problemas frequentes ao tentar resolver o excesso de gente que frequenta o espaço.

Tarcísio entende que a prefeitura poderia ter uma outra política, ao invés de enviar a guarda municipal para reprimir camelôs e constranger atividades culturais que acontecem, pois a praça apresenta nos últimos quatro anos ações de abafamento do movimento como essas de repressão vinda da prefeitura, eles poderiam regulamentar os trabalhadores ambulantes, estabelecer uma ordem dos ambulantes venderem cerveja no horários somente dos bares, estimular atividades culturais em outros espaços públicos para dividir o público da São Salvador.

A prefeitura pudesse ter uma política mais positiva de incentivar o surgimento de outros territórios com atividades culturais que pudesse dividir o público da São Salvador, mas a única coisa que a prefeitura sabe fazer é mandar a guarda municipal para lá reprimir os camelôs e tentar constranger as atividades culturais que acontecem. Isso, na minha opinião, é um grande erro, porque não resolve o problema dos moradores. Está claro, por exemplo que mesmo sem nenhum camelô trabalhando na praça São Salvador hoje, lamentavelmente, a praça continua tão cheia quanto, continua

com os mesmo problemas, os moradores ainda reclamam, ou seja, essa não é a saída. A saída seria regulamentar o trabalho desses trabalhadores ambulantes numa quantidade razoável. De fato, houve um exagero no final do ano passado para cá, dando uma quantidade razoável, portanto, que permitisse emprego para essas pessoas, facilitasse até mesmo a vida ali da São Salvador, e ao mesmo tempo, esses trabalhadores ambulantes funcionassem no mesmo horário dos bares. Os bares funcionam até uma da manhã, e os ambulantes também. E ao mesmo tempo, pudesse compactuar coisas do tipo: o consumo de cerveja long neck hoje faz uma geração de uma quantidade de lixo em vidro que é absurda, que faz barulho para os moradores quando é recolhida, tem pouco índice de reciclagem. Podia fazer um trabalho ali para que os camelôs vendessem em latas e ao mesmo tempo ter cooperativa de coleta nessa praça. Podia fazer muita coisa na praça São Salvador, se tivesse um olhar na lógica de que ordenamento público não é igual a repressão. E isso, pudesse trazer benefício inclusive para os moradores do entorno da própria praça. Mas, não é assim que a prefeitura tem feito.

Nesses dois anos de pesquisa e seis anos enquanto frequentadora, a praça ser esse “fenômeno” só expõe uma carência de espaços com atividades que proporcionem encontro e permanência.

O Pimenta começou a frequentar a praça em 2014, tornou-se um ambulante e do porta mala do *Peugeot* preto, um balcão se formava e se vendia esfiha, kibe e cerveja, essa venda durou um tempo, mas fiscalização começou a ficar rigorosa e em julho de 2017 ele teve que tirar seu carro.

Pimenta traz uma outra vivência da praça, relações com a Coordenadoria de Controle Urbano que não existe mais, relações tensas com a fiscalização da Secretaria de Ordem Pública. 2014 foi o “auge” da movimentação, ele relembra de uma época que os bares serviam às pessoas sentadas na praça, quando o “pessoal do circo” chegou e começou a ter espetáculos e oficinas às segunda feiras:

Público de toda natureza. Começou a sair na mídia, né? São Salvador, não-sei-quê, tem a feira de domingo que por si só já torna a praça meio famosa, apesar de ser outro público e ser de dia. Aí, ela começou a entrar em evidência, começou a chamar a atenção da imprensa. Uma materiazinha aqui, uma materiazinha ali. Aí, gente vem de Santa Cruz, de Campo Grande, da Baixada Fluminense, vem de tudo que é lugar.

Pimenta descreve uma praça de público variado, uma praça noturna com a maioria de jovens, motoclubes, moradores da região, pessoas de outras regiões da cidade. Há uma dinâmica diurna, segundo ele mesmo, com uma praça mais usada por idosos e crianças.

Olha, exatamente o motivo eu não sei, não. Começou, eu acho que com o samba. Aí juntava um pouquinho de gente. Mas, depois que o samba acabava todo mundo ia embora. Essa época, os bares também serviam as pessoas aqui. E tinha uma Kombi lá na esquina de cachorro quente. Tinha um pouco de gente. E point, point, isso não tem explicação, né? Isso vai acontecendo, cada vez, cada dia que passa vai tendo mais gente. E aí, pinta um eventozinho. O pessoal do circo, acho que já veio para cá há alguns anos, às segundas-feiras. E tudo, qualquer coisa atrai o público, e é uma praça muito gostosa. Não há menor dúvida.

Ao chegar em 2014 como ambulante, ele narra que foi “mais ou menos” recebido, pois um concorrente nunca é bem recebido:

É, eu cheguei aqui em 2014 e fui “mais ou menos” bem recebido. O ambulante novo, ele nunca é bem recebido, é um concorrente. Tive alguns problemas e tal, mas em pouco tempo eu mostrei ao que vim, né? Aí, com meu carisma, com a minha simpatia, fui ganhando a confiança e a amizade de todo mundo. Eu acho que hoje, eu sou unanimidade, não há quem não goste de mim. Eu acho que, eu não diria que é impossível, mas é muito difícil. Ambulante, eu acho que não tem nenhum. Todo mundo me adora, sou amigo de todo mundo e eu

sou a pessoa que realmente começou a brigar por uma... Brigar por eles, né? Por nós.

Pimenta traz uma praça com variados problemas políticos, ambulantes que nunca foram legalizados, uma briga entre vereadoras sobre quem mais tinha poder naquela região.

A questão da liberação da venda dos ambulantes, um cadastramento e legalização desses trabalhadores nunca foi de interesse político, a praça continua com o seu pessoal trabalhando sem nenhum controle por parte da prefeitura e essa ilegalidade em alguns momentos foram conturbados, como apreendimento da mercadoria ou a impossibilidade de não poder comercializar por alguns dias o que atrapalhou bastante algumas famílias.

Pimenta participa do coletivo “Harmonia” que é formado por moradores da região que tentam ordenar a praça. O que seria esse ordenamento?

Ordenamento seria de cara, cadastrar os ambulantes. Essa briga, eu venho fazendo ela há muito tempo, no sentido de acabar com as garrafas. Eu acho que o grande problema dessa praça são as garrafas. Garrafa, caco de vidro, barulho. Barulho de quando o consumidor joga a garrafa no lixo, quando a COMLURB recolhe as garrafas. É ensurdecedor, é muito problema. Então, eu queria trocar por latas; e nessa audiência pública que houve no dia 15 de maio de 2015, eu falei em nome dos ambulantes. Lá no parla... Aquele negócio lá, eu esqueci. Púlpito. E falei que a partir do dia 1º de junho eu estaria vendendo só lata, estava fazendo uma campanha, que eu fiz cartaz para jogar lixo no lixo, para não consumir garrafa e tal. E alguns ambulantes me acompanharam nessa minha iniciativa, que acabou sendo frustrada porque o ambulante aqui que vendia lata, eu estava no carro nessa época, sozinho ali no carro, mas, o resto todo aqui na praça. Aí o do lado vendia garrafa, não queria vender lata porque vendia menos, aí fez um efeito dominó. O cara que vendia lata viu que não estava vendendo nada, o do lado vendia, aí ele parou de vender lata e eu continuei. Eu fiquei julho, agosto, setembro vendendo lata. Lógico, eu vendi menos, mas não muito menos assim, até porque eu conheço muita gente. Meus clientes fiéis reclamavam, mas tomaram a lata, engoliram a lata por mim. E por coincidência, logo depois dessa

audiência, eu tive mercadoria apreendida pela primeira vez, duas vezes, justamente nessa época que só estava vendendo lata. Quer dizer, uma tremenda covardia e uma represália porque eu “botei a cara a tapa” lá na Câmara dos Vereadores. Isso, com certeza, foi represália, até porque eu “sentei o cassete no Poder Público”, como “sentei” de novo agora em 2017 nessa outra audiência.

Pimenta traz uma série de questões quando se trabalha e se convive em espaços coletivos e em coletivos. Pensar o ‘nós’ e não no ‘eu’, existe uma crise no ser humano para pensar espaços e convivências coletivamente, respeitar o limite alheio, por isso que viver em sociedade é um desafio, pois viver coletivamente com tantas diferenças é complicado.

As ações de ordenamento na praça, constantemente acionadas pelo poder público nunca foram eficazes ou mediadoras, Pimenta diz que era um: *“finge que eu reprimo, vocês fingem que estão com medo; a gente finge que apreende, vocês fingem que vendem.”* Uma constante ação de choque por plantão sim, plantão da SEOP, mas nada que resolvesse as desavenças da praça. Mas para o Pimenta havia um problema na praça, uma disputa política intermediada pelas vereadoras:

A praça é o ringue porque uma se intitulada “Leila do Flamengo”, e a outra revoltada, porque é proprietária e viu os preço dos imóveis, o próprio preço do aluguel do imóvel cair por causa da desordem, da bagunça e que começou a cobrar uma atitude do Poder Executivo. Só que o Poder Executivo estava na mão da vereadora rival dela, a Leila. E fazia repressão através do filho dela, mas uma repressão paliativa. Um negócio que não mudava nada aqui, não surtia efeito que a Teresa queria. Agora, briga política, isso existe em qualquer esfera, né? Tanto na Câmara dos Vereadores, como na Estadual, como na Federal. Haja vista agora, os próprios deputados lá PMDB contra o Michel Temer. Então, essa briga é normal.

Pimenta apresenta alguns fatores interessantes para abordarmos as disputas extremamente acirradas na Praça São Salvador, identificamos a questão do capital imobiliário que ao perder determinado valor de mercado,

fazendo com que proprietários de imóveis se articulassem para solicitar um posicionamento do poder público perante a situação de público e barulho que a praça apresentava.

Isso demonstra algo que reflete na cidade do Rio de Janeiro como um todo, em uma escala menor como a Praça São Salvador, identifica-se o poder do capital imobiliário sobre a cidade. Não se pede uma melhoria na praça, um ordenamento quanto às atividades realizadas, se pede um encerramento do movimento, da ocupação por esse espaço pois os imóveis perderam valor.

A praça de 2015 até 2017 passou por uma série de encontros com o poder público, tentativas de organização interna para estabelecer uma convivência saudável com vizinhança, bares, ambulantes, visitantes, boemia.

Mas as organizações e tentativas de ordenamento não duram e assim a solução que se encontra são constantes represálias vindas da polícia a mando do poder público, mas não conseguem diminuir o movimento, assim como o barulho. O principal ponto de tanta discórdia na praça é o barulho que entra a madrugada, atrapalhando a vizinhança. Ou seja, quando o espaço público começa a invadir o espaço privado, quando a rua, a praça interfere na convivência da casa.

Pimenta relata uma série de tentativas para tentar conter o barulho e a desordem na praça e uma série de alianças que começam a tornar possíveis:

PIMENTA: E vai acabar. Se mudar para lata, e os restaurantes estão do nosso lado, e isso, muita gente falava que os restaurantes eram contra os ambulantes. E isso é pura mentira, porque eu sou amigo dos donos, e eu sei perfeitamente o que passa na cabeça deles. Quanto mais cheia a praça estiver, é melhor para todo mundo. E sem ambulante, a praça enfraquece. E eles também são parceiros no sentido de reter a long neck e não deixar as garrafas saírem.

Carolina Rocha: Então, tem essa parceria?

PIMENTA: Tem. Descartar no copo descartável e reter a garrafa, já que na praça a tendência é acabar com a long neck. A gente está pensando inclusive em falar com o Zona Sul para não vender long neck gelada. Porque, senão o cara vai lá, compra e vem para cá. A

ideia é acabar com a garrafa. Antigamente não tinha garrafa, só tinha lata. Isso começou com a Heineken.

Ou seja, existe uma coletividade dos usuários da praça ou ao menos uma tentativa de diálogo para se chegar a um ordenamento comum, que diminua o barulho na praça para que a vizinhança reclame menos, uma aliança entre as atividades e eventos que ocorrem regularmente na praça terminem até as vinte e duas horas e uma aliança entre aqueles que comercializam cervejas um horário limite de venda, assim como substituir por resíduos que gerem menos barulho.

Não que isso vá garantir a harmonia plena da praça, mas minimamente um tempo que diferentes usuários consigam dialogar de uma forma que a maioria fique satisfeita. Talvez possa haver um exercício de cidadania, ou pelo menos de sujeitos que vivem numa malha urbana dialogando sobre a melhor forma de usar um espaço que é comum a todos.

Esse movimento ainda é muito embrionário, os ambulantes constantemente são repreendidos por ações vindas da prefeitura, os donos de bares e comerciantes gerem seu espaço como lhes convém, os moradores continuam a reclamar do constante barulho que vai até altas horas da madrugada e o público aumenta e diminui conforme o andamento de movimento da praça.

Pimenta em seu dia a dia, como frequentador/ambulante/articulador só nos dá uma prova que a convivência coletiva em espaço urbanos públicos continua um grande desafio da cidade contemporânea. Formas e medidas de conciliar e vivenciar um espaço de forma democrática até são desenhados, mas o que sobra são os atritos e as constantes reivindicações individuais de como utilizar determinado espaço, sem levar em conta o entorno e o coletivo.

Mas mesmo assim existem fatores para que vários usuários disputem a praça:

-Quais são os seus afetos com essa praça, Seu Pimenta?

-Afetos?

-É.

-Que tipo?

-O que você gosta daqui? Por que você continua aqui?

-Eu sou um homem da noite. Eu já tive... a minha adolescência, eu sempre gostei muito da madrugada. Desde os 13, 14 anos, tinha muita facilidade, tinha dinheiro. Então, eu sempre dominei muito a noite. Tive boate, casa noturna, tive restaurante noturno, música ao vivo. Tive pizzaria. Então, todos os negócios que eu tive, geralmente, foram à noite. Eu sempre fui um homem da noite, da madrugada. E aqui, me senti em casa. E, além do mais, eu moro a cem metros daqui. Todo mundo mora por aí e tal, e eu se quiser, vou a pé para casa.

-Você diria que você se diverte pela praça ser o que ela é, né?!

-É. Lógico, que tem dias estressantes, tem dia que você não está afim de aturar essa figuras, essas figuras loucas que existem aqui. Mas, de um modo geral, é tranquilo. É bem tranquilo.

-Seu plano para aposentadoria, né?!

-É, eu acho que vai ser a última coisa que eu vou fazer, vai ser aqui. Enquanto eu tiver saúde, eu vou ficar aqui.

2.3 Contos cotidianos da São Salvador

Narrar a praça em formato de crônicas é trazer uma narrativa mais flexível para descrever o cotidiano da praça, histórias que vi acontecendo ou que aconteceram comigo, um relato livre, sem temporalidade definida ou personagens muito expostos.

A praça torna-se um trajeto constante, me gerando afeto pelos seus usuários que por muitas vezes me fez parecer não estar num mundo “real”, mas em alguma narrativa surreal, mas tudo verdadeiramente vivido.

O cotidianos nos dá uma riqueza para imaginar, criar, experienciar e isso torna a matéria viva desse trabalho. Apresento cinco contos, sem uma ordem cronológica específica, mas que dão um tom de leveza a tantos termos e reflexões sociológicas urbanas. O que tento a partir desses contos é trazer ao

leitor uma tentativa de ilustrar um cotidiano da praça, que foi familiar nesses dois anos.

Começo por narrar um encontro e pedido inesperado, o segundo conto é um compilado de um evento e aproximação que tive com o Pimenta nesses dois últimos anos, o terceiro conto diz respeito a uma observação que durou duas horas de um fim de tarde no meio da semana. O quarto conto são vários domingos de feira, que poderiam ser um único dia e o quinto conto são fragmentos de vivências na praça.

O que traz em comum essas cinco narrativas é o cotidiano vivido por mim na praça São Salvador, esse espaço une os personagens e pesquisadora na construção e observação do social nesse espaço.

Conto 1: Seu Jô

Estávamos eu, Bat e Bê, conversando sobre alguma fofoca do grupo de amigos, comentando algum programa para o final de semana. Era uma quarta feira, e o dia a dia da praça estava cada vez mais presente. Depois que meus amigos perceberam que ali era um ponto para me achar, pois estava ali, espertamente estudando e fazendo campo, eles me faziam companhia e viviam a praça juntamente comigo.

Estávamos encostados no coreto, Bat estava contando alguma história engraçada de um dos vários relacionamentos dele, pois eram muitos e difícil de acompanhar. Nesse fluxo de conversa e histórias, aparece Seu Jô. Um senhor que aparentava ter seus setenta anos, nos abordou perguntando se estávamos bem e que noite agradável era aquela, nos olhamos, achamos aquela abordagem fofinha mas com estranhamento.

De repente Seu Jô desatou a contar sobre a saga que ele estava e se nós poderíamos ajudá-lo: “crianças, é o seguinte: eu preciso pegar com o Paulão do Copa 74⁸ uma maconha, mas ele insiste em dizer que só vai liberar pra mim se eu lhe der uma latinha de cerveja. Eu saí de casa sem dinheiro, somente com um cheque e o Paulão não quer aceitar, ele só aceita a latinha.

⁸ Única lanchonete na praça

Eu moro aqui na Rua Paissandu, vocês podem confiar em mim! Arranja uma latinha pra mim e eu prometo que amanhã estarei aqui para reembolsá-los”.

Nos olhamos, eu precisei me segurar para não cair numa grande gargalhada, o Bat olhou pro seu Jô e foi em busca da latinha, o Bê, enquanto médico, desatou um interrogatório para saber há quanto tempo o Seu Jô fumava, como era seu estado de saúde, a última vez que fez exames, para medir até que ponto aquele senhor, quase um vovô era um usuário constante ou simplesmente alguém que estaria querendo experimentar coisas novas.

Seu Jô nos confidenciou que usava do da maconha para dormir a noite, fumava um pouco e dormia, males da idade segundo ele mesmo. Bat volta com a gloriosa latinha de cerveja, um latão da Antártica, Seu Jô agradece e vai direto para o Copa 74.

Nós nos empoleirados no coreto para ver se ele iria mesmo desenrolar qualquer coisa, ainda nos restavam dúvidas sobre a abordagem e o pedido. O Seu Jô entrou no Copa com o latão de cerveja e saiu do Copa com uma sacolinha plástica e enfiou rapidamente em seu bolso tomando o rumo para sua residência na Rua Paissandu. Nesse dia eu tive a maior gargalhada de todos os tempos, meus amigos riam comigo abobados com o ocorrido e a sagacidade do Seu Jô, no dia seguinte ele foi nos pagou uma rodada de latões de cerveja em agradecimento.

Conto 2: Os aniversários do Pimenta

Os aniversários do Pimenta são um evento na praça, me lembro até hoje do dia que eu o conheci, um amigo frequentador quase que diário da São Salvador, me chamou um dia para eu conhecer os pontos estratégicos da praça que se resumia ao Pimenta.

Delicado e educado, me conheceu, conversamos um pouco, comentei da pesquisa, que queria conversar em breve com ele, desde então viramos confidentes do dia a dia da praça. Pimenta tem um ar de “vovô” pra mim, acho que foi nesse momento que criei uma conexão com o meu informante.

Conhecedor de toda a praça, seus agentes, usuários, consegue explicar um mapa dos grupos e atividades que rolam aí, portador das fofocas e dos acontecimentos que rola na praça, Pimenta chama a São Salvador de “meu quintal” e a sua relação é essa mesma. Todos os dias ele se encontra lá, trabalhando ou não, ele conhece quase todos, cumprimenta, articula atividades, articula conversas, reivindica diariamente seu quintal não para si, mas para todos que utilizam aquele espaço.

Pimenta durante todo o processo de pesquisa foi uma figura que me desmistificou o que eu não entendia ou mandava mensagem no whatsapp sobre a programação da semana, encontro políticos da esquerda petista ou psolista, trios de forró que acabariam impreterivelmente às vinte e duas horas para não incomodar a vizinhança, palco aberto do coletivo de circo. Pimenta é “olho” que tudo sabe e tudo vê na São Salvador e felizmente esse senhor virou meu informante e amigo.

Os aniversários do Pimenta acontecem sempre no primeiro semestre, é um dos eventos da praça que acontece todos os anos, com chuva ou sem chuva. Amigos distantes ou de perto chegam quitutes, decoração de bandeirinha e sempre duas atrações musicais no coreto e muitas surpresas para o aniversariante. Esse ano cheguei atrasada ao aniversário, o Pimenta estava em lágrimas, me abraçou, me deu um beijo na bochecha e contou que a sua filha com o seu neto recém nascido haviam ido a praça comemorar seu aniversário, nunca vi o Pimenta tão emocionado com a surpresa, falava que até ficou sóbrio de novo depois de tanta emoção. Os amigos, continuavam a chegar e a requisitar atenção do aniversariante, a festa foi até uma da manhã naquele dia, mas sem som, para não incomodar a vizinhança.

Conto 3: Tarde de Chá

Confesso que nos dias de pesquisa, tinha uma tendência a frequentar a praça de noite, faço aula ali próximo e tudo era uma desculpa para terminar com os amigos na praça. Algumas vezes que fui de tarde na praça, no horário das dezesseis horas, me deparei com um ritual de algumas senhoras. Estavam

todas sentadas em cadeiras de praia, em frente ao coreto e uma mesinha montada, na qual havia um bule, biscoitos e garrafas de cerveja. Ali elas estavam, ali elas permaneciam por um período de duas horas, quando o sol ia sumindo no horizonte, elas um tanto que “tortas”, ajeitavam suas coisas e saem em direção aos seus respectivos prédios.



Foto 8 - Foto do coreto numa tarde ensolarada
(A Praça São Salvador propícia para um chá)

Conto 4: Chorinho x Feira, a disputa, as manhãs e tardes de domingos na Praça

Nas vezes que fui no chorinho e na feira da São Salvador aos domingos foram experiências solares e agradáveis. A feira é cheia de barracas que vão de venda conservas de pimenta, roupas de crianças e comidas, ocupando toda a extensão da praça. Além da feira tem uma roda de chorinho, o Arruma Meu

Coreto. Muito antes da feira ocupar aquele espaço, eles estavam ali para dar um pouco de atividade para praça. O clima das manhãs de domingo na São Salvador *categorizaria* de domingos familiares de tranquilidade. Muitas crianças brincando no parque, muitas famílias passeando e cuidando dos pequenos que parece que transbordam da praça. Muitas pessoas ficam em volta da roda de choro, jovens com suas respectivas *long necks* nas mãos, bebendo o primeiro gole de cevada pela manhã, velhos vendo os artigos da feirinha ou sentados em cadeiras de praia ao redor do coreto assistindo a roda de chorinho, mães e pais olhando crianças, brincando com seus bebês, ouvindo a música e aproveitando a manhã solar.



Figura 9 - Foto do chorinho Arruma Meu Coreto



Figura 10 - Foto de crianças na praça



Figura 11 - Foto de senhora em frente ao estande de livros na feira de domingo

Mas nem tudo parece ser como é, entre conversas com ambulantes e moradores da região, um pouco na surdina, umas fofocas aqui, outras ali, vou desvendando um campo de disputa, cujo os rivais são a roda de choro e feirinha. Parece que as duas ações se complementariam, um sujeito de passagem acharia que é tudo combinado, articulado na paz. Mas nos

entremeios de uma pesquisa, observando e conversando e acompanhando o dia a dia no campo, fui coletando algumas questões, que pouco foram aprofundadas devido ao tempo de pesquisa, acerca da dinâmica que a feira e o choro se estabeleceram no espaço. Em algum item acima mencionei que a roda de chorinho veio após as rodas de samba que o Tarcísio organizava e eis que surge uma figura muito questionada pelos agentes fixos da praça, organizando uma feira. A feira não é legalizada pela prefeitura e mesmo assim cobra-se o espaço que cada feirante ocupa na praça, o mais conhecido por: “alugando espaço público para fins comerciais”, o burburinho que causa aos domingos e reverbera nos outros dias da semana pela praça é que essa figura de poucas falas e negociações, manda e desmanda. Infelizmente, não pude conversar a fundo, só percebi que a disputa do espaço ali existe. Chorinho e feira não dialogam, não fazem parceria, são duas ações que ocorrem ao mesmo tempo, no mesmo espaço, com mesmo público.

Conto 5: Paulinho quer casar

O Paulinho é um esquizofrênico que frequenta a São Salvador e todo o mundo conhece. Ele volta e meia surta. Ele surta e ele decide que quer casar.

Ele faz seu cartaz, com os letreiros “Eu quero casar” e sai para a praça em busca de seu verdadeiro amor. Ele conhece as moças da praça e se apaixona, uma, duas, três e assim ele fica perdido sem saber quem é o amor da sua vida. Paulinho só quer casar e volta para casa com o seu cartaz, sem saber quantos muitos amores terá que passar.

Conto 6: Carlitos e o seu leque de assunto

Estávamos outro dia na praça, conversando sobre fórmula 1. Eu, Bê e Dy, todos empolgados simplesmente porque algum conhecido tinha um conhecido que tinha um primo pilotando. Confesso que de Fórmula 1, nada entendo, estava apenas ouvindo e fazendo exclamações aleatórias, conformes meus amigos ali discutiam. Eis que surgiu Carlitos.

Carlitos é um sujeito muito autêntico e cheio da conversa, cola em qualquer grupo desconhecido para participar de uma boa conversa. Carlitos encostou em meu grupo e começou a conversar ativamente sobre MMA. Os rapazes em silêncio ficaram, quem era aquele sujeito tratando-os como amigos mudando completamente o rumo da conversa? Então, os meninos começaram a falar de MMA um tanto desconfortáveis, mas engrenaram no assunto. De repente, Carlitos no meio de uma frase começa a falar de futebol série B, eu começo a rir e saio discretamente da roda de conversa e os meninos discretamente saem sem falar nada e deixam Carlito sozinho, que como nada houvesse acontecido parte um próximo grupo falando de música brega, quando o assunto era futebol.

Conto 7: Fragmentos de vivências, pinceladas de um dia a dia da praça

Um dia fui num domingo de manhã com um casal de amigos, tinha acabado de ganhar uma câmera analógica do meu pai e queria estreá-la na praça São Salvador. Esse casal de amigos sabiam mexer foram me acompanhar para ensinar a manusear a nova câmera, tirar umas fotos, ver e ouvir a roda de chorinho.

Sentia necessidade de ter fotos do meu campo para dar colorido e intercalar nos textos da dissertação, precisava registrar o meu olhar sobre a praça com imagens também.

As fotos foram tiradas, o dia estava morno, a roda de chorinho estava cheia e a feira também, um típico domingo na praça São Salvador, quase uma novela do Manoel Carlos com seu arquétipo de carioca zona sul bem sucedido e de família.

Naquele domingo com esses amigos, fui refletindo como a praça num primeiro olhar aparenta esse lugar de família feliz e como eu bem sabia nos dois anos enfurnada quase todos os dias na praça, não era bem assim. Nos últimos meses teve uma ação denominada “choque de ordem” que deixou a praça esvaziada e numa segunda feira recebo um vídeo no *whatsapp* do Pimenta um registro da praça vazia, sem absolutamente ninguém e bares

fechados. Após esse dia a praça passou por meses conturbados e até agora sem retomar seu movimento de antes, o fluxo de pessoas diminuiu assim como o índice de violência também. Houveram dias que chegava a ter oito viatura da polícia municipal com cães e mesmo assim os relatos de assaltos na região entorno da praça aumentaram, os ambulantes pararam de vender suas mercadorias e o fluxo de pessoas ao longo dos dias foi tímido.

De lá prá cá, teve tiroteios, confusão com a PM, assalto na praça, impossibilitaram da feira acontecer em um determinado domingo o que resultou numa briga com o pessoal do chorinho, porque a roda de choro aconteceu, provando que as ações realmente não tem ligação.

Foram meses tensos, movimento caiu, os ambulantes diminuíram, muita pressão e opressão da polícia para qualquer atividade que acontecesse, desde uma voz e violão as oficinas de malabares circenses. Mas o tempo passa, os ambulantes voltaram a vender seus cervejas na escolha, a polícia começou a afrouxar a fiscalização, os ambulantes voltaram a vender mais discretamente e a polícia fingia que não via. Pouco a pouco o fluxo de pessoas a frequentarem a praça retoma, as atividades retomam e aparentemente a “ordem está estabelecida”.

Pimenta aponta que desde 2015 esse processo acontece, a praça fica lotada, a prefeitura manda uma ação policial de “ordem”, o movimento cai, a polícia sai. O movimento aumenta novamente e mais um “choque de ordem” acontece, o que não resolve o problema de nenhuma das partes (vizinhança *versus* frequentadores da praça na parte noturna) e assim a briga pelo espaço da praça continua.

Nos últimos meses, o que presencio é um aumento das festas de aniversários na praça, uma retomada dos saraus, da oficina de circo, dos encontros de debates políticos da esquerda, ausências de mendigos e um número de usuários do espaço que julgo que a polícia acha controlável estarem todos juntos.

Há cada dia alguns agentes tentam se articular para buscar junto ao poder público soluções para que o ordenamento na praça seja de um cunho mais democrático e menos opressor, assembleias na prefeitura sobre a praça

foram realizadas. Na arena da São Salvador, vizinhança, coletivos atuantes na praça, ambulantes e empresários se manifestaram, grupos de trabalhos foram formados, mas nenhuma demanda sanada.

A São Salvador volta ao seu fluxo “controlável” de movimento, a sua agenda de atividades volta gradativamente ao normal, os ambulantes continuam reivindicando sua legalização perante a prefeitura, a feira continua no mesmo esquema obscuro e de pouca explicação de como a lógica funciona, a roda de choro continua com seus concertos ao domingo, a vizinhança continua reclamando do barulho, as crianças ainda brincam após seus horários da escola no parque, o corpo de bombeiros em frente a praça continua passando como uma instituição que não existe e algumas brigas de bebados ocorrem ocasionalmente.

Capítulo 3 - As disputas dos locais públicos na cidade.

O capítulo pretende expor as disputas que podem ocorrer no âmbito de alguns espaços públicos na cidade por intermédio da análise da praça São Salvador. São variadas as situações que se apresentam nesta localização, brigas entre moradores e frequentadores pelos usos que se dão nesse espaço, reivindicações por melhorias na segurança, melhorias estruturais no espaço físico, ordenamento, repressão, entre outras.

Os espaços públicos na contemporaneidade estão cada vez mais centrais nas discussões sobre gestão das cidades, nas delimitações feitas pelas burocracias, ausências, abafamentos, invisibilidades, visibilidades, deslocamentos, conflitos, opressões e controles.

Aparentemente há uma ausência de conversa entre o poder público e os usuários e praticantes dos espaços públicos. Geralmente os entendimentos sobre as definições, do que é, o que compõe e quem tem direitos sobre o espaço público não são claros entre os envolvidos nessa relação com o espaço. Há sempre disputas sobre as formas de uso nos espaços públicos. Existe uma diversidade sobre o entendimento de espaço público, suas restrições e limites. O espaço é público para quem? O que se é permitido fazer? Como dimensionar os impactos sociais e urbanos nesse espaço da São Salvador?

Ao focar as relações que os variados agentes (usuários diversos, moradores, frequentadores esporádicos, frequentadores mais constantes etc.) da praça São Salvador têm com a gestão pública do município do Rio de

Janeiro, percebe-se amplas divergências entre os diferentes grupos . A conceitualização sobre público e privado na cidade, quando o espaço público invade o privado e seu inverso; as relações de conflitos, poder e formas de apropriações do espaço; ordenamento *versus* opressão, quais os significados e meios que são usados na praça São Salvador.

3.1 O comum e a cidade

Pensar a Praça São Salvador sempre foi tentar entender a cidade:

A cidade é o lugar onde pessoas de todos os tipos e classes se misturam, ainda que relutante e conflituosamente, para produzir uma vida em comum, embora perpetuamente mutável e transitória (HARVEY, 2015, p.134)

A praça em algum grau representa um espaço na cidade onde pessoas circular, não diria de todos os tipos e classes muito diferentes se misturam. Como já apontado neste trabalho, devido a sua localização e forma que a cidade do Rio de Janeiro se constitui quando falamos de uma mobilidade urbana bem defasada, a praça tem seu público específico, com uma classe média predominando o uso do espaço.

Mas a São Salvador é um espaço no qual produz-se uma vida comum, mutável, transitória e conflituosa. Mutável, pois seus usuários e usos mudaram ao longo dos anos, de uma praça ponto final de ônibus para um ponto de rebuliço boêmio intenso. Transitória, pois as tantas ações de regulamento por parte da Prefeitura, de uma forma repressiva, deixa inconstante seus movimentos, que por assim também é um exemplo de conflito. A “Operação Linha Dura” ou “Choque de Ordem” é uma resposta por parte da prefeitura que ocorreu no dia 31 de março de 2017 levando para praça 90 policiais com cães só nos mostra como a vida urbana pode ser conflituosa e como o uso dos bens e espaços comuns estão sendo inibidos:

O recente ressurgimento da ênfase na suposta perda da comunidade urbana reflete os impactos aparentemente profundos da recente onda de privatizações, cercamento, controles espaciais, policiamento e vigilância na qualidade da vida urbana em geral e, em particular, na potencialidade de se criar ou inibir novas formas de relações sociais (novos bens comuns) em um processo urbano influenciado, quando não dominado, por interesses de classe dos capitalistas. (HARVEY, 2015, p.134)

Outro movimento constante que gera discussões conflituosas no espaço da Praça São Salvador é a questão do cercamento da praça. As recorrentes reclamações por parte da vizinhança e moradores locais sobre o barulho noturno que a praça tem, em algum momento (não se especifica quando) começou-se um boato de cercar a praça, que de tempos em tempos retorna a discussão em âmbito local e na prefeitura. Cercar a praça nada mais é uma forma de inibir as relações sociais que nela ocorrem. A “operação linha dura” também foi um ato de inibir e vigiar a vida urbana que nesse espaço se manifesta. O policiamento desde o dia 31 de março foi diminuindo ao longo dos meses, mas ainda se encontra meia dúzia de policiais nos entornos da praça, não repreendendo ninguém, mas em constante vigilância desse espaço público.

As qualidades humanas da cidade emergem de nossas práticas nos diversos espaços da cidade, mesmo que eles sejam passíveis de cercamento, controle social e apropriação, tanto pelos interesses privados como pelos públicos-estatais. Há uma distinção importante entre espaços públicos e bens públicos urbanos por um lado e, por outro, os comuns. Os espaços e os bens públicos urbanos sempre foram uma questão de poder de Estado e administração pública, e esses espaços e bens não constituem necessariamente um comum. (HARVEY, 2015, p. 143)

Assim entendemos a praça também como arena de disputa do poder do Estado e administração pública, num discurso de ordenar o “caos” que ocorre na praça diariamente devido a vida boêmia que ocorre, ações como o “choque de ordem” só traduz o Estado mostrando aos usuários da praça o seu poder de dar a medida sobre até que ponto um espaço pode ser usado de forma comum ou não:

Nem todas as formas do comum requerem acesso livre. Alguns (como ar que respiramos), sim; enquanto outros (como as ruas de nossas cidades) são, em princípio de acesso livre, porém regulados, policiados e até administrados privadamente, como distritos de aprimoramento de

negócios. Outros ainda (como recursos hídricos comum controlado e compartilhado por cinquenta agricultores) são exclusivos de um grupo social específico desde o começo. (HARVEY, 2015, p.142)

O que pode-se vislumbrar que o comum que o tempo todo precisa ser reivindicado e construído para um real uso comum. O que vive se no dia a dia das cidades é um constante controle dos acessos, regulando-os por policiamento ou capitais e classes que tem um interesse seu próprio e não necessariamente pautados na coletividade que a cidade devia representar.

Quando voltamos ao caso da praça São Salvador no qual a reclamação dos moradores não era somente o barulho da praça, mas também era pautado num interesse privado devido a desvalorização que os imóveis da região tiveram a partir do barulho.

Na medida em que as cidades têm sido espaços para vigorosos conflitos e lutas de classes, a administração pública viu-se muitas vezes forçada a suprir os bens públicos (como habitação de interesse social acessível, sistema de saúde, educação, pavimentação das ruas, saneamentos e água) a uma classe trabalhadora urbanizada. Embora esses espaços e bens públicos contribuam intensamente para as qualidades dos comuns, faz-se necessária uma ação política por parte dos cidadãos e das pessoas que pretendam apropriar-se deles ou concretizar essas qualidades. A educação pública torna-se um comum quando as forças sociais se apropriam dela, protegendo-a e aprimorando-a em benefício mútuo (três vias à Associação de Pais e Mestres!). As praças Sintagma, em Atenas, Tahrir, no Cairo, e da Catalunha em Barcelona eram espaços públicos que se tornaram comuns urbanos quando as pessoas ali se reuniram para expressar suas opiniões políticas e fazer suas reivindicações. A rua é um espaço público que histórica e frequentemente se converte pela ação social em um comum movimento revolucionário, assim como em espaço de repressão sangrenta. Sempre houve uma luta por quem cuidará e para quem a produção e o acesso ao espaço e aos bens públicos devem ser regulados. A luta para apropriar os espaços e bens públicos urbanos tendo em vista um objetivo comum está em curso. Todavia, para proteger o comum, quase sempre é crucial proteger o fluxo de bens públicos que corroboram as qualidades do comum. À medida que a política neoliberal reduz o financiamento de bens públicos, também provoca a redução do comum disponível, obrigando grupos sociais a buscar outros caminhos para manter o comum (a educação, por exemplo). (HARVEY, 2015, p.145)

O espaço é para quem? Quando pensa-se em espaço público, automaticamente pressupõem que este também é um espaço comum e não é bem assim que ocorre. O espaço público precisa o tempo todo ser reivindicado enquanto comum. A São Salvador é denominada espaço público, mas todo o seus conflitos sobre os usos que os sujeitos que nela estão perpassa por um reivindicação de um uso que seja comum a todos, mesmo que necessariamente a coletividade que frequentam a praça tenham usos diferentes. Precisa cada vez mais se incentivar a apropriação de espaços como praças, ruas e lugares públicos para se ter um uso comum urbanos.

Espaços nos quais as pessoas se reúnem para expressar suas opiniões e fazer suas reivindicações são construções constantes na malha urbana, locais como a Praça São Salvador onde usos diferentes dão um sentido de troca e sociabilidade estão cada vez oprimidos e escassos nos grandes centros urbanos.

O comum não deve ser entendido como um tipo específico de coisa, de ativo o mesmo de processo social, mas como uma relação social instável e maleável entre determinado grupo social autodefinido e os aspectos já existentes ou ainda por criar do meio social e/ou físico, considerada crucial para sua vida e subsistência. Existe, de fato, uma prática social de *comunalização*. Prática que cria ou estabelece uma relação social com o comum cujos usos sejam tanto exclusivos de um grupo social quanto parcial ou totalmente abertos a todos. No cerne dessa prática de comunalização encontra-se o princípio de que a relação entre o grupo social e o aspecto do ambiente tratado como um comum será tanto coletiva quanto não mercantilizada - para além dos limites da lógica das trocas e avaliações de mercado. Esse último ponto é crucial, pois ajuda a distinguir entre bens públicos, entendidos como gastos produtivos do Estado, e um comum estabelecido ou usado de maneira totalmente diferente e com uma finalidade totalmente diferente, mesmo quando acabe fomentando indiretamente a riqueza e o lucro do grupo social que o reivindica. (HARVEY, 2015, p.145)

A praça São Salvador em algum grau torna-se um lugar no qual coletividades diferentes (ambulantes, moradores, frequentadores, donos de estabelecimentos comerciais) criam práticas sociais e diálogos. No momento em que ambulantes negociam com os donos de estabelecimentos para não venderem garrafas de vidro no ambiente da praça, para diminuir o barulho ao longo da madrugada ou que o horário de venda é até determinado horário, a partir

da uma hora da manhã não se comercializa mais, para assim o movimento de pessoas diminuir, inaugura ao menos uma tentativa de alguns grupos criarem uma lógica para o uso do espaço, pautado num uso comum que agrada boa parte dos grupos e de certa forma uma tentativa de inaugurar uma série de ações que transforma o espaço em comum a todos. Ou ao menos um espaço onde os sujeitos estão minimamente satisfeitos com os limites dos usos.

Por meio de suas atividades e lutas cotidianas, os indivíduos e os grupos sociais criam o mundo social da cidade ao mesmo tempo em que criam algo de comum que sirva de estrutura em que todos possam abrigar-se. Embora esse comum culturalmente criativo não possa ser destruído pelo uso, pode ser degradado e banalizado pela utilização abusiva. (HARVEY, 2015, p.146)

A praça retrata um movimento da cidade do Rio de Janeiro nas reivindicações de usos de espaços públicos, há um início de diálogo sobre o que se quer enquanto comum social. Mas ao mesmo tempo há uma intensa repressão sobre esses movimentos. Quando os preços dos imóveis caíram na praça, automaticamente uma “intervenção policial” acontece para que o barulho e os usos fossem reprimidos. Isso só deixa claro que quando o espaço público invade o privado com seus usos comuns pautados por uma coletividade, ele automaticamente é reprimido.

A arena política que instaura a praça pautada por uma constante repressão aos usos comuns que nela são pautadas, é exatamente devido ao questionamento de “quem” está pautando os usos.

O comum não é, portanto, algo que existia no passado e que desde então esteve perdido, mas algo que, assim como os comuns urbanos, é continuamente produzido. O problema está no fato de ser continuamente encerrado e apropriado pelo capital em sua forma mercantilizada e monetizada, mesmo quando continuamente produzido pelo trabalho coletivo. (HARVEY, 2015, p.152)

A cidade do Rio de Janeiro, enquanto metrópole, sempre foi pautada por interesses de capitais privados que precisam que as coletividades e usos comuns sejam controlados e abafados. Quem tem o direito de usar, ir e vir, é constantemente pautado por essa instância do capital. Quando uma briga

ocorre na praça, geralmente é devido a determinados usuários acharem que a praça não é lugar para outro determinado usuário e isso gera uma tensão.

A praça São Salvador na visão de alguns moradores e proprietários de apartamentos não poderia ser um *point* noturno e diurno, pois a movimentação constante na praça atrapalha suas individualidades. Ou seja, temos um exemplo de quando determinado grupo moídos de interesses privados quer pautar o uso de todos os usuários pautados em interesses de cunho individuais.

Percebe-se que a construção de espaços que possam ser comuns é constantemente pautado por lutas. Desde os moradores que não querem movimento no espaço, aos usuários que querem usufruir daquele espaço como se não houvesse moradores, Harvey (2015) apresenta uma síntese que é “O direito de usar esse comum deve ser concedido a todos aqueles que participaram de sua produção.” Portanto, não são somente moradores ou somente ambulantes que poderá pautar esse espaço comum, mas todos eles. Assim, a construção do diálogo precisa ser o ponto central para se colocar em prática usos que possam torna um espaço comum a todos.

O problema não é o comum *per se*, mas as relações entre os que o produzem e o conquistam pelo esforço em diferentes escalas e aqueles que dele se apropriam para seu benefício privado (HARVEY, 2015, p.154)

A constante briga na praça é pautada por quem tem um interesse de cunho privado e por quem tem um interesse de uso comum. Como identificar quem são os agentes de cada lado?

Em relatos apresentados no texto anteriormente, temos duas vereadoras agindo por interesses privados sob o discurso de ordenamento do espaço que é de uso público. Isso coloca em pauta todo sistema político municipal e de entendimento para quem se governa. Obviamente não é para todos, uma vez que não houve uma proposta de conversa coletiva com todos os agentes sobre como usar a praça.”A urbanização capitalista tende perpetuamente a destruir a cidade como um comum social, político e habitável” (HARVEY, 2015, p.156)

A cidade constantemente está sendo pautada sempre por usos de privados, onde geralmente tem mais força e capital ganha. A São Salvador apresenta um modelo, que numa interpretação otimistas, é quase um modelo de resistência sobre as formas que os usuários sempre brigam por aquele espaço. O sistema na praça acaba tornando cíclico: muita movimentação noturna que gera muito barulho, a reclamação da vizinhança aumenta, aciona-se o poder público, o poder público encaminha forças policiais para apreender mercadorias dos ambulantes e reprimir toda movimentação na praça, o movimento caí, assim como o barulho, os comerciantes reclamam, os ambulantes voltam a vender suas cervejas na encolha, as atividades começam a voltar pra praça, o público aumenta.

Assim ocorreu durante os dois anos de pesquisa, esse ciclo, mas todo o movimento de tentativa de minar todo o movimento da praça, seus variados agentes e usuários se unem e vão até a prefeitura, a mídia, vão pra praça para evitar que ela seja cercada ou completamente esvaziada. Em algum grau a praça reflete um processo urbano constante de luta sobre tornar comum espaços públicos.

3.2 Quando o espaço público invade o privado

Espaço público, espaço comum, espaço privado, são algumas das categorias que atravessam a Praça São Salvador, ao longo da pesquisa percebi que os entendimentos sobre esses conceitos são acionados de formas diferentes pelos usuários, com significados diferentes: “Refletir sobre espaço público e privado é refletir sobre a natureza de uma relação, pois eles sempre foram definidos um em relação ao outro” (JOVCHELOVITCH, 2000, p. 44).

Logo, refletir sobre a praça São Salvador é perceber as relações entre espaço público e espaço privado. Uma das principais questões que a praça está inserida, assunto já abordado nos capítulos anteriores, é o constante barulho que interfere na vida privada de quem mora aos arredores da praça. Outro ponto, são as definições sobre essas duas esferas, privado e público:

Duby & Ariès (1990) mostram como a delimitação de um espaço privado, algo que somente surge em sua forma moderna plena nas sociedades burguesas anglo-saxãs, já podia ser observado em sociedades mais remotas da Europa Medieval e até mesmo a pólis grega. Isso é possível porque mesmo realidades históricas diferentes sempre fizeram distinções claras entre o que ser oculto e o que deve ser visível, o que deve ser particular e o que de ser ser comum, o que deve ser aberto e portanto subtraído da esfera aberto a todos. Estas são as questões que constituem o significado fundamental das esferas pública e privada. Elas indicam que existem coisas que devem ser privadas e outras coisas que devem ser apresentadas publicamente (res publica), pois somente assim é que elas podem existir. A relação entre o público e o privado, portanto, é uma relação de natureza dialética. É uma relação, “ordo ad aliquid”, ou seja, envolve o ordenamento intrínseco de alguma coisa em relação a outra; ou aquilo que, para ser, necessita da outra coisa, senão não é (Guareschi, 1992). Daí que a esfera pública como totalidade e como realidade entre o que é comum e o que é particular, entre o que é aberto e o que é subtraído, o que é distribuído e o que não é, que os dois espaços se constituem como domínios distintos. (JOVCHELOVITCH, 2000, p.45)

A São Salvador é um espaço de caráter público, uma praça aberta e de acesso livre a qualquer pessoa que queira passar ou permanecer por lá, mas as apropriações e determinadas reivindicações que os usuários acionam quando a utilizam, coloca em algum grau esse entendimento sobre o que é particular ou não.

Muitas vezes durante a pesquisa conversando com os sujeitos mais frequentes da praça se referiam a São Salvador como o “meu quintal” e portanto havia algumas situações que esse entendimento do que é deve ser oculto ou do que deve ser público acaba sendo pautado por um entendimento muito individual de cada sujeito.

O que determina se um objeto vem a ser público ou permanece privado não é o objeto em si, mas a forma específica como ele circula em sociedade e o lugar onde atores sociais, em um contexto sócio-histórico preciso, decidem alocá-lo. O sentido do privado - esconder, subtrair do domínio público - é o mesmo; mas as fronteiras e o conteúdo mudaram, porque o que antes estava subtraído - a mulher, sua sexualidade e as relações entre gêneros - agora faz parte do debate público. (JOVCHELOVITCH, 2000, p.46)

Jovchelovitch traz que o sentido sobre privado e público é constantemente atualizado conforme o contexto histórico-social, o que era de caráter privado na Roma antiga já é entendido enquanto caráter público em 2018 na praça São Salvador e a relação com o objeto em si tem que ser o tempo todo levado em consideração, pois em variados momentos de vivência no campo observei que as relações podem ser diferentes de sujeito para sujeito, o que algumas vezes geram conflitos:

O fato de que as pessoas compartilham um espaço comum e estão ligadas umas às outras através do convívio social não é o que distingue de outros animais. O convívio social não pode ser considerado uma condição humana fundamental. Viver com outras pessoas não é o suficiente: ao contrário é uma necessidade que nos é imposta pelo ciclo biológico da vida que inclui tudo que compartilhamos com outras espécies - comer, dormir, reproduzir e etc. Viver com outros de forma humana pressupõe a capacidade de escapar do domínio da necessidade pura e entrar para um domínio completamente diferente - o domínio da ação, ou da política, onde as pessoas desenvolvem suas capacidades para o discurso e a ação. De todas as atividades consideradas necessárias para a continuação da vida humana, somente a ação (práxis) e o discurso (lexis) eram consideradas políticas. Elas formavam o que Aristóteles chamava de *bio politikos*, referindo-se aquela forma de vida distintivamente humana que erradicaria de suas fronteiras tudo que fosse simplesmente necessário. (JOVCHELOVITCH, 2000, p.47)

A relação que se estabelecida com o espaço é rica a partir do ponto de quais discursos e ações são colocados em prática. A praça São Salvador e as formas como os usuários lidam com aquele espaço é um exemplo da divergência entre discursos e ações sobre aquele espaço. Para alguns a praça é o “quintal de casa”, uma extensão da sua área privada, na qual você tem pleno domínio de realizar e se expressar da forma que bem entender. Para outros a praça impõe limites quanto aos usos, não se pode fazer barulho até tarde, é um exemplo.

Algumas pessoas se sentem livres para usar maconha na praça, mesmo sendo proibida seu consumo, existe um código moral particular no uso, é permitido o uso em algum grau na instância da praça, como fosse um zona liberada para tal. As pessoas que frequentam agem normalmente, como estivessem em suas respectivas residências, onde normalmente, em particular

se fica mais tranquilos sobre o uso da erva, na praça São Salvador, aparentemente remete a esse lugar privado de conforto.

Daí o que faz a vida humana única e distinta não são os laços de uma vida em comum impostos pela necessidade e dados pela nossa locação natural na terra. Pelo contrário, é a vontade livre de ação e do discurso exercidos no reino da vida política que constituem a experiência genuinamente humana.” (JOVCHELOVITCH, p.48)

São os discursos e disputas pela praça que constituem a experiência de vivência, são as formas de reivindicação de uso que tornam a relação privado e público intensa, são essas as principais fontes de disputa. Quando uma pessoa em situação de rua resolve passar a noite no coreto e fazer de lá o seu quarto, ou quando os motoqueiros do motoclub colocam sua barraca com sua própria cerveja e ficam sentados confraternizando, ou quando as senhoras passam a tarde no banco conversando, são formas de utilizar o espaço que necessariamente poderiam estar em seus respectivos “quintais”.

Quantos aniversários já houve nesses dois anos, encontros de famílias e amigos, quase que cercado numa linha imaginária determinada região da praça para uso particular de seu núcleo.

De acordo com Arendt (1983), o termo público significa dois fenômenos relacionados mas não idênticos: em primeiro lugar, ele quer dizer que o que é público pode ser visto e escutado por todos e possui a maior publicidade possível; segundo, o termo se refere ao próprio mundo enquanto algo que é comum a todos os seres humanos e se diferencia do lugar privado que cada pessoa ocupa nele. O mundo, entretanto, não deve ser entendido como a terra ou como a natureza em estado puro; ao contrário, o mundo é resultado de mãos humanas - ou seja, ele se relaciona com o artefato humano e com as questões que se põem para aqueles que vivem neste espaço. O que caracteriza essencialmente o viver partilhado dos seres humanos no mundo é que existe um mundo de objetos entre aqueles que coletivamente o dividem. Como todo espaço “entre”, este mundo de objetos de uma só vez liga e separa os seres humanos. Daí a esfera pública enquanto um mundo comum estabelece as linhas que tanto ligam, como separam, as pessoas, que as une em um espaço comum e ao mesmo tempo não permite que elas caiam umas sobre as outras. (JOVCHELOVITCH, 2000, p. 49)

As pessoas que frequentam a praça São Salvador o tempo todo se remetem a praça como um lugar próprio, mas ao mesmo tempo não se pode

ignorar a existência dos outros. Todo o afeto que se cria, identificado quando tratam a praça enquanto “meu quintal”, termo recorrente nas conversas da praça, percebe-se esse lugar “entre” que ela se torna.

A praça é pública, mas o tempo todo enxerga-se a tensão do público *versus* o privado, o que cada usuário em sua individualidade e seu trato com o outro lida com a espacialidade da praça.

Se as pessoas sempre estivessem isoladas em seus espaços privados, a vida social, o mundo e a história seriam possíveis. São os encontros na esfera pública que permitem a construção de condições comuns a todos os cidadãos. O espaço público alicerça a base de uma realidade plural, proporciona os encontros variados e a construção de políticas e disputas. Mesmo que o mundo seja um espaço comum a todos, nele cabe as várias posições diferentes.

O encontro dessas posições se dão no diálogo, no discurso, na ação que pode expressar as diferenças e semelhanças humanas e é na convivência em espaços públicos e múltiplos que se constrói uma cidade. É nessa esfera pública que se dá relações entre estado e sociedade, entre as várias participações políticas dos cidadãos e uma possível construção do comum, pois a cidade tem que ser aberta e acessível a todos.

“Pensar democracia e a possibilidade de um espaço para para o exercício do diálogo na vida comum. É uma ideia que, necessariamente, traz à tona todos os problemas associados como a desigualdade e a distribuição do poder nas sociedades ocidentais. Mas ao mesmo tempo, ela também pode ser um canal para promoção do diálogo, do entendimento e do sentido de comunidade.”
(JOVCHELOVITCH, 2000, p.60)

A esfera pública pode ser o centro da dialética entre o eu e o outro, pois como diz Jovchelovitch: “Não há possibilidade alguma de uma vida verdadeiramente humana sem a presença de outros seres humanos”.

Entende-se na contemporaneidade uma confusão dos termos espaço público, comum, opinião pública, vida pública, domínio público e tudo que tange ao aspectos dessas categorias. As relações sócio-territoriais e as noções sobre

o espaço público na construção realizada pelos agentes, enfatiza que esses espaços são entendidos a partir da percepção conjunta do espaço.

O espaço público é um lugar de identidade e percepções, de integração, traçar histórias, processo e poder. É inacabado e em constante construção.

Por mais que o espaço passe por uma crise no entendimento do conceito, a partir da transformação das classes e reformulações a partir das novas ordens urbanas neoliberais, que tentam comercializar e apropriar-se do termo “público”, tentando assumi-lo como um produto a ser comercializado. A discussão permeia o “papel” do espaço público na contemporaneidade, qual é o seu papel na cidade? Formação da sociedade? Inclusão social, acessibilidade, interação social?

O espaço público precisa ter acesso físico simples, aberto para uso das coletividades, tornando-se um componente de integração, estrutural e de representação política e cultural na sociedade.

Falar de um lugar é falar da experiência própria, mas também é falar como é a experiência do outro e na contemporaneidade ele torna-se um lugar multifuncional onde a maioria o usa com intenções diferentes. Cada grupo se move de acordo com a sua condição social, sua necessidade e sua centralidade. Ou seja, os espaços públicos são definidos pelas práticas dos agentes que os usam.

A reconocer el espacio público como un lugar, producto de una mezcla distinta de todas las relaciones, prácticas, intercambios (entre diferentes agentes) y que se entrelazan en él. Además en su construcción, todas esas relaciones y prácticas y todos los intercambios, están llenos de poder social. Son relaciones de poder las que se dan en esos lugares al mismo tiempo que resulta en una arena de legitimación social de los poderes políticos.(NARCISO, 2014, p.131)

Esse lugar de disputa de poder torna rico o lugar das apostas políticas, dominados e dominadores percebendo suas posições, tornando um lugar político onde classes emblemáticas que alicerçam a cidade, um lugar de multiplicidade, construídos a partir da luta de poder e controle social que marca as diferenças sociais. O espaço público nunca está acabado, ele torna-se um processo em constante construção.

O que está em pauta nos estudos sobre cidades é como devolvê-la para coletividade, como executar uma gestão do comum nessa esfera. A ideia principal se funda na criação ou (re)criação de lugares que sejam ligados para práticas coletivas, num sentido de representação e vivência da cidade pelos seus habitantes. “Devolver” a cidade à coletividade tornou-se uma reivindicação social, ou seja, deve se haver uma “participação efetiva dos cidadãos no processo de formulação e implementação do planejamento urbano-ambiental, através de audiências, consultas, conselhos, Estudos de Impacto de Vizinhança, entre outros” (GUIMARÃES, 2007, p.2).

A São Salvador é um bom estudo de campo quando lembramos das constantes negociações com o poder público e entre agentes da praça. Houveram tentativas de diminuir o barulho quando os ambulantes tentaram só vender latas de alumínio ao invés de garrafas de vidro, não durou muito essa tentativa. Viver em coletividade é o grande desafio da urbanidade e da sociedade, assim como sanar reivindicações e promover ordenamentos.

O modo com o qual os agentes determinam suas práticas nos lugares não é de forma neutra ou pensado de forma coletiva:

El modo en que los agentes determinan sus prácticas en los lugares no es neutro, refleja su condición a partir de cómo fue pensado el lugar y a quién se espera que responda. Existen objetivos claros del poder político en la consolidación de lugares con perfiles diferenciados, porque hay que mantener una jerarquización social y diferentes formas de anclar al capital, a través de estructuras internas de dominación y subordinación, pero también de legitimación social. En este proceso, el concepto de espacio público es un blanco ideal por su ambigüedad y carácter “democrático”, encabeza las agendas políticas como un elemento ideal e idealizado que provoca la ilusión de que lo que se hace es para la integración social de todos cuando, en realidad, lo que se hace según Marx es camuflar toda la relación de explotación, todo dispositivo de exclusión y el papel de los gobiernos como encubridores y garantes de todo tipo de asimetrías sociales. (NARCISO, 2014, p.131)

Por isso pensar a cidade de uma forma realmente coletiva e de usos comuns e acessível é um desafio constante. O espaço público precisa ser reivindicado como esse local como inclusivo ao invés de exclusivo, um lugar onde os embates possam ser feitos e formas de expressões políticas tenham espaço para se confrontarem e construir uma outra cidade.

A praça São Salvador com todos suas disputas, usuários que estão o tempo acionando discursos e expressando sua apropriação e formas de uso naquele espaço, só reflete a disputa que a cidade é, com seus causos, personagens corriqueiros, outros esporádicos, mas todos ali com interesse em usar a praça, assim é a cidade. Uma desordem, uma constante disputa por espaços.

Considerações Finais

O que é praça São Salvador? Que espaço é? Quais são os estereótipo, estigmas, imaginários que são criados e reivindicados? O trabalho em sua ordem traz conceitos sobre direito à cidade, cidadania, táticas de uso e resistência na cidade e a partir disso entender uma dinâmica urbana a partir da praça São Salvador.

Mas em algum ponto da pesquisa, o que começou a interessar não era mais entender a dinâmica, mas identificá-la. Quem eram esses agentes que se expressavam e criavam seus próprios modos de usos da praça e criavam imaginários.

Conheci vários, fiz amizades com outros e foi ao longo das idas e vindas na São Salvador que fui identificando as piadas internas que rodavam pelo Rio de Janeiro, como: “a praça da esquerda festiva”, “a praça dos bambolês”, “a praça dos isoporzinhos”. Quando me refiro a bambolês é que a praça em determinado tempo ficou como um ponto de encontro entre praticantes de bambolês

Os isopores vêm com os ambulantes ou pessoas bem dispostas a trazerem suas próprias bebidas para consumo; e a expressão esquerda festiva vem do fato de variados eventos políticos dos partidos de esquerda carioca usarem o espaço da praça para realizar debates, discursos e eventos culturais (é daí que vem a festividade).

Com tempo percebia que cada usuário tinha um motivo diferente por estar na praça, cada um tinha um entendimento sobre a praça e um modo de uso também, assim os imaginários eram construídos. Mas o que a praça realmente é? A praça tornou-se para mim um espaço de estudo e partir dessa minha praça fui identificando as várias praças que cada um construía para si.

Para o pessoal do bambolê era um lugar iluminado o suficiente para se treinar suas acrobacias, assim formou-se o “pessoal do circo”, para outras pessoas treinando e brincando com o seu bambolê era tão diferente que o estigma foi criado e a fama correu o Rio de Janeiro, tornando “os bambolês”

como uma espécie de categoria para identificar determinados sujeitos de trejeitos artísticos.

A esquerda festiva, vinha de uma juventude que frequenta a praça, discute política bebendo cerveja, faz debate aberto sobre os caminhos do país, faz lançamento de candidato, coloca um grupo para tocar um coco e logo uma grande ciranda se forma e o festejo começa, eis que surge a praça da esquerda festiva.

Os isoporsinhos são devido aos ambulantes que ali frequentam, fazem seu sustento vendendo para as pessoas que ali estejam, mas há também aqueles que descem de seus prédios trazendo sua própria cerveja para ficar curtindo um bate papo com amigos no coreto.

A cidade é inventada, retratada e criada constantemente e são os sujeitos que a tornam o que ela é a partir do que se dá. As questões centrais apontadas ao longo deste trabalho trazem os vários usos do espaço, pois desde o ambulante, a senhora que mora próximo à praça, a criança que estuda na escola próxima, ao publicitário que vai após seu horário de trabalho ao encontro de seus colegas para fazer seus comentários sobre o dia que passou, todos esses sujeitos em algum grau acionam diferentes categorias de espaço.

A ideia de “direito à cidade” trazida por Lefebvre já não é mais a mesma, ela se reinventa e adquire novos significados. O direito à cidade é um direito de transformá-la, usá-la, libertá-la para o uso comum, devolvê-la para coletividade. A praça São Salvador enquanto espaço de criação e usos urbanos, trazendo diversos sujeitos sociais e suas diferenças...

Quantas vezes presenciei brigas entre grupos devido a uma frase compreendida de forma errada, um bêbado exaltado, um furto cometido, a praça, assim como a cidade tem muitos aspectos e facetas.

A partir das entrevistas e crônicas tento trazer ao leitor o dia a dia da praça, seu cotidiano a partir de variados usuários. Para uns a praça começa com uma roda de samba, para outros a praça sempre esteve lá aberta a qualquer a um, para outros a praça é só ponto de passagem, o que interessa nesse espaço é que ele pertence a todos aqueles que passam por lá e/ou

permanecem e também para aqueles que nunca estiveram lá, por variados motivos.

Distância, desconhecimento, assim a malha urbana se dá, com vários sujeitos sem saber a existência de lugares e fazendo de outros lugares a sua própria casa, seu próprio quintal, tornando o diálogo entre público e privado muito tênue, pois o consenso com o tempo, com a história do que é permitido ou não, é mutável, sofre alteração dos significados.

O trabalho no fim não dá conta da praça como um todo, são muitas praças para dar conta.

Os espaços são a cidade, sujeitos os acionam o tempo todo, sentidos diferentes são construídos a todo tempo para os diversos territórios da cidade. A São Salvador só é mais um pedaço complexo do todo, trazendo dinâmicas que são peculiares e próprias, e isso também é a cidade do Rio de Janeiro. É diferente da praça retratada pelo jornal O Globo que consegue falar sobre ela, após ação policial para “contenção da balbúrdia”, como é diferente da praça que tornou o plano de aposentadoria do Pimenta, que é diferente da praça sede do desfile do bloco Bagunça meu Coreto, que é diferente da praça do *Seu Jô*, que é diferente da praça da Carolina que pesquisa a praça.

Espaços públicos são lugares de extrema divergência na gestão das cidades atuais, o que percebemos são discursos bonitos a acerca de como gerir ou organizar a cidade e pouco espaço para praticar. Viver em coletivo é difícil, construir uma cidade coletivamente é difícil, são muitas as tentativas até conseguimos chegar a uma realidade mais consensuada sobre de seus usos e modelos de gestão, enfim: gerir um espaço que seja comum a todos ainda fica muito no campo da filosofia.

O que encontramos é uma cidade dominada por indústrias e modelos de gestão que preservam o capitalismo e a segregação, assim como a inibição de determinados grupos, a cidade virou refém de modelos contraditórios que priorizam o lucro.

A praça São Salvador, nas idas e vindas de tentativas de cercar a praça, de *choques de ordem* com policiamento acirrado, a não legitimação dos

ambulantes, a tentativa falha de construir diálogos comuns só reflete as dificuldades que reverberam na cidade como um todo.

O que é difícil é viver em sociedade, é chegar a consensos mínimos, é estabelecer diálogos, é aceitar o diferente ou ao menos conviver de forma respeitosa com. A cidade é caos, a praça São Salvador é caos, mas os sujeitos geram afetos, vivem experiências, fazem alianças e isso dá sentido ao espaço.

São os conflitos, as disputas e os afetos que dão outra dimensão para praça São Salvador. Uma dimensão que é inalcançável. O ir e vir na cidade, o fluxo de pessoas é que dá uso ao concreto.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALBINATI, Mariana Luscher. *Diversidade e insurgência na cidade: territorialidade e desafios para o planejamento*. Anais do XVI ENANPUR. Belo Horizonte, 2015.
- AUGÉ, Marc. *Não lugares*. Introdução e uma antropologia da supermodernidade. Campinas, SP: Papyrus, 2012.
- BARBALHO, Alexandre. *Política Cultural e Desentendimento*. Fortaleza: IBDCult, 2016.
- CERTEAU, Michel de. Fazer com: usos e táticas. In: *A invenção do cotidiano*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014. [volume I]. p. 86-102.
- DAMATTA, Roberto. *A Casa & A Rua: espaço, cidadania, mulher e morte no Brasil*. Rio de Janeiro: Rocco, 1997.
- FRASER, Nancy. A justiça social na globalização: Redistribuição, reconhecimento e participação. In: *Revista Crítica de Ciências Sociais*, Nº 63, Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra. p. 7-20. 2002.
- GUIMARÃES, Cristiana M. de O. “Espaços públicos ou espaços para o público?” Editora Romano Guerra, Portal Vitruvius-arquitextos, ano 08, novembro 2007.
- HAESBAERT, Rogério. Dos múltiplos territórios à multiterritorialidade. UFRGS: Porto Alegre, Setembro de 2004. Disponível em: <http://www.ufrgs.br/petgea/Artigo/rh.pdf>, acesso em 28/05/2016
- HAESBAERT, Rogério. *Viver no limite*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2014.
- HARVEY, David. *Cidades Rebeldes: do direito à cidade à revolução urbana*. São Paulo: Martins Fontes, 2014.
- HARVEY, David. O espaço como palavra-chave. *Revista Em Pauta*. Rio de Janeiro: UERJ, n.35, v. 13, p. 126 - 152, 2015.
- HOLSTON, James. Espaço da cidadania insurgente. *Revista do IPHAN*, Nº 24, IPHAN. p.243-254. 1996.
- INSTITUTO RIO PATRIMÔNIO DA HUMANIDADE (Prefeitura do Rio de Janeiro). *Guia das APACs: Laranjeiras e Cosme Velho. Ano II Nº 1 2012*. Disponível em: <http://www.rio.rj.gov.br/dlstatic/10112/6433361/4172411/guia09.compressed.pdf>, acesso em 25/04/2016

JACQUES, Paola. Berenstein. Corpografias urbanas: o corpo enquanto resistência. In: *Cadernos PPG---AU/FAU UFBA*. Ano 5, número especial, Salvador, 2007. p. 93-103.

JACQUES, Paola. Berenstein. Espetacularização urbana contemporânea. In: *Cadernos PPG--- AU/FAU UFBA*. Ano 2, número especial, Salvador, 2004. p. 23-29.

JOVCHELOVITCH, Sandra. *Representações Sociais e Esfera Pública*. A construção simbólica dos espaços públicos no Brasil. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 2000.

LIMA, Juliana Domingos de. "50 anos de 'O Direito à Cidade'. E como o conceito ganha novos contornos". NEXO JORNAL LTDA. Disponível em: https://www.nexojornal.com.br/expresso/2018/05/20/50-anos-de-%E2%80%98O-Direito-%C3%A0-Cidade%E2%80%99.-E-como-o-conceito-ganha-novos-contornos?utm_source=Twitter&utm_medium=article_share&utm_campaign=self

MIRAFTAB, Faranak. Insurgência, planejamento e a perspectiva de um urbanismo humano. In: *Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais*, Recife, v.18, n.3, set.-dez. 2016. p. 363-377. Disponível em file:///C:/Users/GRUPO/Downloads/5499-12844-1-PBFarank%20Miraftab-texto.pdf., acesso em 17/01/2017.

MIRAFTAB, Faranak. Insurgent planning: situating radical planning in the Global South. In: *Planning Theory*, February, vol. 8, 2009. (pp. 32-50).

MIRAFTAB, Faranak. Invited and Invented Spaces of Participation: Neoliberal Citizenship and Feminists' Expanded Notion of Politics. *Wagadu* Volume 1: Spring/ 2004.

NARCISO, Carla Alexandra Filipe Narciso. Enfoques teóricos y usos políticos del concepto de espacio público bajo el neoliberalismo en la ciudad de Cuernavaca. , México. *Revista Cadernos Metrópole*, México, nº 31. 2014.

PEIXOTO, Claudia; LOBATO, Anderson. Pensar a cidadania em Hannah Arendt: direitos a ter direitos. In: LONDERO, Josirene; BIRNFELD, Carlos (orgs.). Interdisciplinar para a redefinição das garantias de efetividade. Rio Grande: Editora furg, 2013.

RIBEIRO, Ana Clara Torres. Homens Lentos, Opacidades e Rugosidades. *Redobra*. Ano 3, 2012. p. 58-71.

RODRIGUES, Luiz Augusto. Gestão cultural e seus eixos temáticos. In: *Políticas públicas de cultura do Estado do Rio de Janeiro: 2007-2008*. Rio de Janeiro: UERJ/Decult, 2009. p. 76-93.

ROLNIK, Raquel. *O que é cidade?* São Paulo: Brasiliense, 1995.

SANCHEZ, Fernanda, BUTERMAN, Bruna, LAIBER, Paula. Disputas simbólicas na cidade maravilhosa: atores, instrumentos e gramáticas territoriais. Anais do XVI ENANPUR. Disponível em http://xvienanpur.com.br/anais/?wpfb_dl=476, acesso em 06/04/2016